



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**

- 1 - Diário de Notícias, 11-06-2009, UE aconselha clientes do BPP a recorrer à justiça
- 2 - Correio da Manhã, 11-06-2009, Loureiro fez o melhor quartel
- 3 - Correio da Manhã, 11-06-2009, Governo acusado de eleitoralismo
- 4 - Primeiro de Janeiro (O), 10-06-2009, Governo agiu em nome dos contribuintes
- 5 - Primeiro de Janeiro (O), 10-06-2009, Governo não injecta dinheiro público no BPP
- 6 - Primeiro de Janeiro (O), 10-06-2009, Amigo Dias Loureiro
- 7 - Record, 10-06-2009, Governo não vai pôr dinheiro no BPP
- 8 - 24 Horas, 10-06-2009, A dormir num colchão à porta do banco
- 9 - Correio da Manhã, 10-06-2009, Clientes do BPP perdem mais de 480 milhões de euros
- 10 - Jornal de Notícias, 10-06-2009, BPP com solução mas sem dinheiro garantido
- 11 - Jornal de Notícias, 10-06-2009, Dias Loureiro vai ser homenageado
- 12 - Diário de Notícias, 10-06-2009, Utentes da Ponte "anti-Dias Loureiro"
- 13 - Diário de Notícias, 10-06-2009, Debate com Sócrates no próximo dia 24
- 14 - Semanário, 10-06-2009, Governo não viabiliza BPP mas assegura liquidez aos investidores
- 15 - Semanário, 10-06-2009, O PS vai perder as legislativas
- 16 - Diário de Notícias, 10-06-2009, Clientes do BPP sem garantia de recuperar dinheiro
- 17 - Semanário, 10-06-2009, Acabou o mito que Sócrates é imbatível
- 18 - Semanário, 10-06-2009, A máfia institucional portuguesa
- 19 - Público, 10-06-2009, A democracia circunstancial
- 20 - Público, 10-06-2009, Governo deixa BPP entregue aos accionistas
- 21 - Público, 10-06-2009, Governo recusa apoio e deixa cair o BPP
- 22 - Focus, 10-06-2009, Notícias dos blogues
- 23 - Focus, 10-06-2009, BPN avança
- 24 - Focus, 10-06-2009, O estado da Justiça
- 25 - Focus, 10-06-2009, Ilusão e queda
- 26 - Focus, 10-06-2009, O imposto europeu é o novo desígnio nacional
- 27 - Focus, 10-06-2009, Os segredos do banqueiro

# UE aconselha clientes do BPP a recorrer à justiça

**Comissão Europeia.** Encontro de ontem com representante da Direcção-Geral do Mercado Interno não deu respostas concretas aos dois clientes do BPP. No entanto, Bruxelas prometeu estudar o assunto, não deixando de apontar a via judicial como uma das soluções

■ ALEXANDRA CARREIRA, Bruxelas

A Comissão Europeia aconselhou ontem os clientes do Banco Privado Português (BPP) a apresentarem queixas judiciais contra aquela instituição financeira, durante uma reunião que teve lugar entre responsáveis da Direcção-geral do Mercado Interno do Executivo comunitário e dois clientes da instituição. O representante da Comissão, Elemér Terták, prometeu que irá analisar as queixas, mas não avançou com qualquer previsão de quando uma resposta de Bruxelas poderá chegar a Lisboa.

Carlos Cardoso e José António Soares deixaram Bruxelas com a certeza de que o Executivo comunitário "vai estudar o assunto", apesar de reconhecerem que os instrumentos ao dispor da Comissão são escassos neste caso. "Neste momento, a constatação é de que os instrumentos são poucos e a capacidade de actuação é limitada", admitiu José António Soares, um dos clientes lesados pelos problemas financeiros do BPP.

A ideia era dar a conhecer "todas as queixas relativas aos incumprimentos por parte do Banco de Portugal e às reacções inadmissíveis por parte do Governo", disse Carlos Cardoso, à saída da Direcção-geral do Mercado Interno. Este cliente referia à solução apresentada terça-feira pelo Governo e que deixou os clientes revoltados.



Representantes dos clientes do BPP trouxeram promessas de apoio da Comissão

Dizem que "a viagem valeu a pena" e que houve "sensibilidade" da parte dos interlocutores para os argumentos que vieram apresentar à Comissão Europeia. Ao mesmo tempo que prometem avançar para a justiça, assim que termine o período do congelamento das contas do BPP (1 de Setembro), José António Soares não descarta "de forma nenhuma" a possibilidade de processar também o Estado.

Isto porque, reivindica, os clientes do BPP estão a ser "discrimina-

dos" a vários níveis. "Em primeiro lugar, em relação a outros cidadãos com produtos absolutamente idênticos aos nossos, no BPN, que foram transformados em depósitos e pagos imediatamente", aponta. Ao mesmo tempo que lembra o facto

de encontrar "todas as queixas" contra as autoridades

dos clientes do BPP estarem "há mais de seis meses sem qualquer garantia e com o dinheiro bloqueado", salienta que "o Governo injectou 450 milhões de euros no banco, no ano passado, para pagar a alguns clientes privilegiados deixando outros de fora".

Se se justificar, os dois clientes dizem que "eventualmente" poderão mesmo a vir a apelar a Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia. "O dr. Durão Barroso é um cidadão português e com cer-

teza que vai ser sensível aos seus compatriotas", argumentou ainda José António Soares.

Carlos Cardoso esclareceu que a reunião na Comissão Europeia foi feita a convite da própria instituição, que o contactou na semana passada, depois de ter recebido várias queixas de clientes do BPP. "Depois, quando a Comissão Europeia soube da nossa ocupação do banco, achou por bem ter uma conversa connosco", acrescentou este cliente. ■

## Banco só pagaria hoje um sexto do valor

A liquidez gerada pelos títulos, actualmente congelada no banco, só chega a 230 milhões de euros, bem longe dos 1,2 mil milhões investidos

Se os clientes do BPP fossem resgatar agora, junto do banco, os seus títulos de retorno absoluto, arriscavam-se a receber apenas um sexto do total aplicado, estimado em cerca de 1,2 mil milhões de euros, sem receberem capital. Isto porque o BPP tem apenas nas contas dos clientes cerca de 230 milhões de euros, resultantes da liquidez gerada pelos cupões (juros) e por títulos que entretanto venceram.

No entanto, se estes aforradores conseguirem vender os seus

activos, uma vez que as perdas médias actuais estão estimadas em 40% do total investido, então os cerca de 1800 clientes poderiam apurar qualquer coisa como 700 milhões de euros.

No entanto, a realidade não é igual para todos e muitos clientes poderão confrontar-se com o facto dos activos que subscreveram não terem uma cotação, sendo difícil determinar o seu valor. Outros ainda enfrentarão desvalorizações que podem chegar a 70%.

A entrega destes títulos à enti-

dade a criar, que os transformará em novos, atribuindo-lhes um valor (não se sabe ainda como), podendo ser reembolsáveis e transaccionáveis, com uma valorização anual, apresenta-se assim como a única via para estes aforradores conseguirem recuperar algum do capital investido, sempre numa perspectiva de médio/longo prazo.

Aliás, esta era, mais um menos, a solução que tinha vindo a ser gizada pelas autoridades de supervisão, mas sempre com o pressu-



Teixeira dos Santos

### Solução proposta pelo Governo

#### NOVOS TÍTULOS

● Criação de um novo instrumento financeiro, representativo da actual carteira de Retorno Absoluto indirecto, que substituirá as actuais posições dos investidores.

#### VALOR DE MERCADO

● Quem aderir à solução, terá direito a novos títulos emitidos ao valor de mercado da carteira, em número proporcional à sua posição.

#### ENTIDADE GESTORA

● O instrumento financeiro será emitido e gerido por uma entidade independente do BPP, detida e gerida por instituições bancárias nacionais.

#### LIQUIDEZ

● O instrumento financeiro será remunerado, reembolsável anualmente em prazos e condições a definir, e mobilizável para efeitos de liquidez em condições de mercado.

#### INDEMNIZAÇÃO

● Será accionado de imediato o Sistema de Indemnização ao Investidor (SII), nos termos da lei.

posto de que o capital investido seria garantido, de alguma forma, pelo Estado ou por outros bancos.

Resta ainda saber como ficará constituída a futura entidade gestora do fundo composto pelos activos dos clientes de retorno absoluto do BPP.

O ministro das Finanças garantiu que os "principais bancos" mostraram abertura para participar nesta solução. No entanto, ainda nenhum comentou ou confirmou este interesse.

Para as instituições, que vierem a assumir a gestão da megacarteira, o único aliciente serão as receitas geradas pela gestão do fundo, através das comissões de gestão e de resgate, normalmente cobradas nesta actividade. ■ P.C.



## UE aconselha clientes do BPP a processar banco nos tribunais

Os dois clientes do BPP que ontem foram a Bruxelas, para serem recebidos por um representante da Comissão Europeia, trouxeram a promessa de que o Executivo comunitário está a analisar o caso do banco português. Mas foram aconselhados a recorrer aos tribunais para tentarem reaver o seu dinheiro. **BOLSA, pág. 29**


**AGUIAR DA BEIRA ■ HOMENAGEADO NA TERRA NATAL**

NUNO ANDRÉ FERREIRA

Dias Loureiro, acompanhado pela mulher (à dir.), recebeu ontem a medalha de mérito de Aguiar da Beira

# Loureiro fez o melhor quartel

■ A Câmara de Aguiar da Beira atribuiu a Dias Loureiro a medalha de mérito municipal

● LUÍS OLIVEIRA

O presidente da Câmara de Aguiar da Beira, Fernando Andrade (PSD), referiu ontem que o concelho "tem o melhor quartel de bombeiros do País" devido "à acção do trabalho de Dias Loureiro", que na altura era ministro da Administração Interna.

Pelo "bem que fez à terra onde nasceu" e por ter sido presidente da Assembleia Municipal entre 1997 e 2005, o ex-conselheiro de Estado e ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios, que detinha o Banco Português de Negócios

## ✚ PORMENORES

### ● 120 MEDALHAS

Além de Dias Loureiro, a Câmara de Aguiar da Beira homenageou todas as pessoas que já foram presidentes das juntas do concelho, membros da assembleia municipal, vereadores e os funcionários com mais de 25 anos de casa.

### ● FIM DO CICLO POLÍTICO

À SIC, Dias Loureiro garantiu que a política "foi um ciclo que se fechou". O ex-ministro diz dedicar-se agora a uma empresa de gestão de frotas automóveis, tendo como parceira uma empresa líder mundial com sede na África do Sul.

(BPN), foi homenageado e recebeu a medalha de mérito municipal. Dias Loureiro agradeceu e salientou que "em política não há gratidão", uma afirmação que reflecte o seu estado de espírito sobre a sua saída do Conselho de Estado e as acusações de que é alvo no caso BPN.

O ex-governante deslocou-se com a sua esposa à sua terra natal. Muito saudado pelos seus conterrâneos, Dias Loureiro, que chegou ao Centro Cultural de Aguiar da Beira num Mercedes topo de gama, não quis falar sobre nenhum outro assunto que não fosse o motivo da homenagem e o desenvolvimento do concelho onde nasceu.

"Quem viu esta terra há 50 anos e a vê agora fica surpreendido e nota as diferenças. Isso deve-se ao trabalho de muita gente. Esta medalha é a forma de reconhecimento", disse. ■

BPP ■ CLIENTES EXIGEM OS SEUS DEPÓSITOS NA TOTALIDADE

# Governo acusado de eleitoralismo

■ Depositantes dizem-se discriminados em relação ao BPN apenas por serem poucos

● VALTER MARQUES

Os clientes do BPP consideram que estão a ser discriminados pelo Governo em relação aos clientes do BPN por “uma questão eleitoral”.

“Somos poucos, não interessa, eles [clientes do BPN], como são muitos, já dão muitos votos”, afirmou ao CM Maria José, uma cliente de Braga que se mantém em protesto na sede do BPP, em Lisboa.

Após as afirmações do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e do primeiro-ministro, José Sócrates, que referiram que, ao contrário do BPN, o BPP não constitui um perigo para o sistema financeiro português, Vítor Oliveira, outro cliente do BPP, afirma que essas declarações “marcam o início da campanha eleitoral para as próximas legislativas”.

Já Artur Barreto fala de “hipocrisia”, porque, na sua opinião, “um dos grandes responsáveis de toda esta situação é o ministro Teixeira dos Santos”. Este cliente do BPP justifica estas declarações com o facto de o actual ministro das Finanças ter sido presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) na altura em que estes “títulos fictícios” eram transaccionados. O depositante acrescentou que “o ministro tinha a



Clientes em protesto dentro do BPP têm-se alimentado a piza

## UE aconselha via judicial

● Os clientes do BPP foram ontem aconselhados pela Comissão Europeia a avançar para tribunal se o plano apresentado pelo ministro das Finanças não contemplar na totalidade os seus depósitos, revelou Carlos Cardoso, um dos dois clientes do banco que foram ontem recebidos em Bruxelas pelo comissário Elemér Terták. ■ V.M.

obrigação constitucional de conhecer o que estava a ser negociado nestes produtos”.

Os clientes vão manter-se em protesto na sede do BPP pelo menos até amanhã, dia em que irão reunir-se para definir se irão manter-se no banco ou se partirão para novas formas de protesto.

Artur Barreto não tem dúvidas: “Se dependesse de mim, incendiávamos esta porcaria.” Uma coisa é certa: os clientes do BPP não vão desistir dos seus depósitos na totalidade. ■



José Sócrates e o plano para o BPP

# Governo agiu em nome dos contribuintes

**José Sócrates considera que o plano apresentado para o BPP é o que melhor serve os interesses nacionais e que o Governo agiu, por isso, em nome dos contribuintes.**

O primeiro-ministro, José Sócrates, disse ontem que a solução apresentada pelo Governo para o Banco Privado Português (BPP) foi pensada **“em nome dos interesses dos contribuintes”**, mesmo partilhando da **“insatisfação dos clientes”** da instituição financeira.

José Sócrates sublinhou ainda que o plano apresentado ontem pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, **“é a solução que melhor serve os interesses nacionais”**, uma vez que

**“protege os interesses dos contribuintes”**.

O primeiro-ministro reafirmou que este problema que atravessa o BPP **“não deve merecer o apoio, nem a assumpção de responsabilidades”** por parte do Estado Português.

José Sócrates justificou esta posição lembrando que o caso do BPP **“é completamente diferente do BPN”**, pois este banco **“tinha de facto um risco sistémico”**, o que justificou a intervenção do Governo.

Entretanto, a Privado Holding, que detém o BPP, disse ontem que **“não teve”** qualquer contacto ou informação oficial e completa sobre a solução apresentada pelo Governo.

Em comunicado, a Privado Holding sublinha ainda que não teve **“se quer qualquer intervenção directa ou indirecta na mesma”** [solução], pelo que **“não fará quaisquer comentários sobre o respectivo conteúdo neste momento”**.

Além disso, acrescenta o comunicado da Privado Holdings, o grupo **“está a trabalhar na definição dos traços gerais de um novo plano de recuperação e saneamento, que permita acautelar os interesses dos clientes, trabalhadores e credores”** do BPP e dos interesses do Grupo Privado Holding, **“na sequência da recente solicitação feita pelas autoridades”** ao banco.

Por outro lado, a Privado Holding frisa que **“quando tiver acesso à informação oficial e completa”** fará os comentários que **“considerar adequados na defesa dos interesses que lhe competem, ou seja, dos seus credores, accionistas e demais «stakeholders»”**.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, recusou, por seu turno, comentar a decisão do Governo sobre o BPP, afirmando não ter informação suficiente sobre este assunto e que os comentários que tiver a fazer vão ser feitos ao próprio Executivo.

Solução passa pela emissão de novos títulos em instituição “credível”

# Governo não injecta dinheiro público no BPP

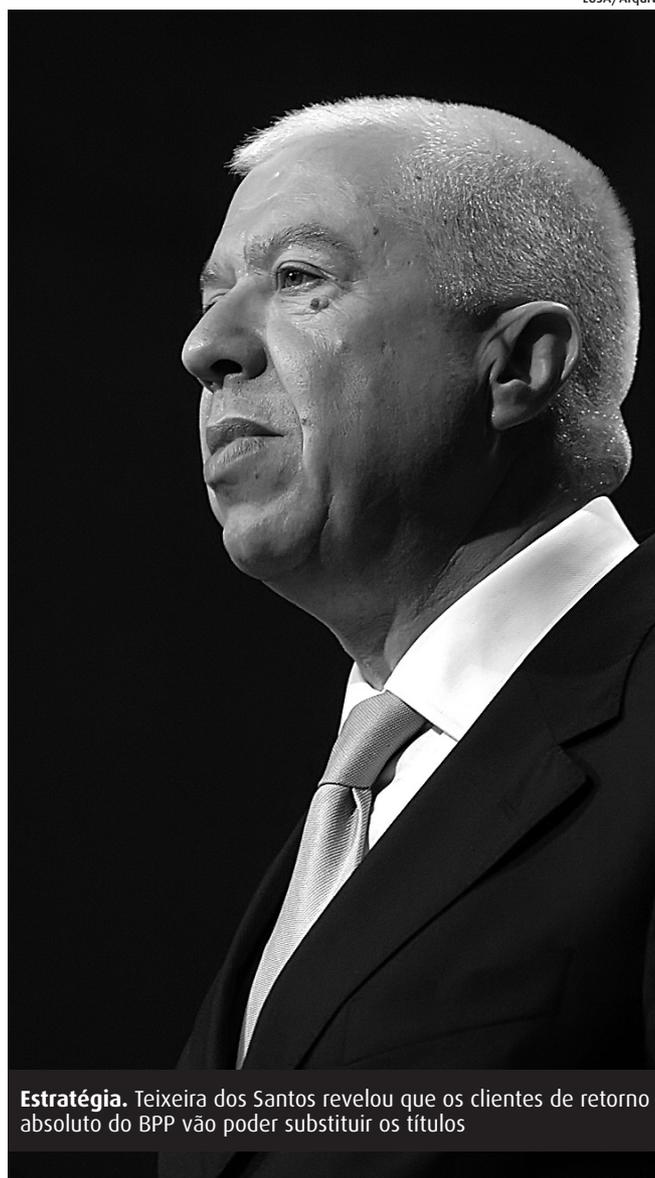
**Teixeira dos Santos afirma que dimensão do BPP não lhe confere “qualquer relevância sistémica significativa” e recusa investimento.**

O ministro das Finanças revelou, ontem, que não há um interesse público que justifique que o Estado invista no Banco Privado Português (BPP), salientando que a dimensão da instituição financeira não lhe confere “qualquer relevância sistémica significativa”. “Não nos parece que exista uma razão forte de interesse público que justifique o envolvimento do Estado num processo de capitalização” afirmou Teixeira dos Santos na conferência de imprensa após o Conselho de Ministros.

O ministro salientou também que a proposta de viabilização apresentada recentemente pela administração do BPP, liderada por Adão da Fonseca, “não se compagina com aquilo que a lei prevê em termos de recapitalização de instituições financeiras nem se compagina com as regras de concorrência adoptadas a nível europeu”. “Não há um interesse público que justifique que o Estado invista neste banco 150 a 200 milhões [de euros]”, salientou Teixeira dos Santos, referindo que “o futuro de banco depende dos seus accionistas e não do Estado”.

## NOVOS TÍTULOS, NOOUTRAS INSTITUIÇÕES

O ministro das Finanças revelou, ainda, que os clientes de retorno absoluto do BPP vão poder substituir os títulos actuais por novos títulos, que serão “serão emitidos por uma instituição credível, que estará fora do universo do BPP”. Os novos títulos serão “transaccionáveis, remunerados, reembolsáveis anualmente e mobilizáveis para efeitos de liquidez”. A entidade que ficará responsável pela gestão dos novos títulos terá “personalidade jurídica” e terá como proprietários bancos do sistema bancário nacional. A este propósito, o ministro das Finanças disse que os “principais bancos



LUSA/Arquivo

**Estratégia.** Teixeira dos Santos revelou que os clientes de retorno absoluto do BPP vão poder substituir os títulos

## PARTICIPADAS AO MP Irregularidades graves que consubstanciam crimes

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, revelou que os órgãos de supervisão do sistema financeiro detectaram no BPP “irregularidades graves que consubstanciam a prática de crime”. “No âmbito da acção desenvolvida pela CMVM [Comissão do Mercado de Valores Mobiliários] e pelo Banco de

Portugal foram detectadas irregularidades graves que consubstanciam a prática de crimes no âmbito da actividade deste banco”, afirmou. O ministro disse, ainda, que estas actividades “envolvem, nomeadamente, a realização de operações fictícias em prejuízo dos clientes e casos de falsificação contabilística”. Teixeira dos Santos salientou que estas situações foram analisadas por “autoridades competentes”, adiantando que “já foram feitas participações ao Ministério Público dos indícios que foram detectados”.

já fora contactados e mostraram disponibilidade para criarem esta entidade”, escusando-se contudo a avançar os nomes das instituições financeiras envolvidas.

“Temos consciência de que os actuais títulos detidos pelos clientes [do BPP] dificilmente serão aceites no mercado e esta substituição dos actuais títulos pelos títulos emitidos por esta nova entidade permitirá desbloquear a situação”, afirmou Teixeira dos Santos. Esta solução não passa pela garantia estatal sobre os títulos, sublinhou o ministro. “Não me parece que seja justificável, não faz sentido que devam ser os contribuintes a substituir-se ao banco na responsabilidade que resulta da garantia dada”, salientou Teixeira dos Santos. Relativamente aos depósitos, Teixeira dos Santos voltou a garantir que “estão protegidos nos termos da lei”. À hora de fecho desta edição, o BPP ainda não tinha reagido a esta decisão do governo, mas fonte de banco garantira à Lusa desconhecer que instituições iriam gerir os títulos.

## CLIENTES CONTRA SOLUÇÃO

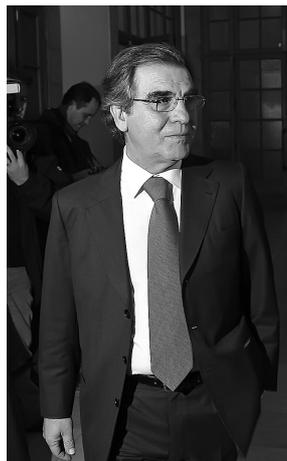
Os clientes do BPP “têm razão para estar completamente insatisfeitos” com a decisão de do Governo para o banco. Foi esta a reacção do representante da Associação Privado Clientes, Jaime Antunes, que considerou “lamentável que o Governo trate de forma diferente os clientes do BPP relativamente aos clientes do BPN, uma vez que as aplicações eram idênticas em tudo”. Para ter uma solução em que o Estado não se envolve (...) tinham avançado logo em Novembro”, salientou.

Já Luís Miguel Henrique, da Associação Clientes do BPP, considerou “um cinismo” que o Governo tenha aconselhado os clientes para accionarem a garantia de capital, quando o património do banco já “está esvaziado”. Os clientes do BPP “têm tido vários azares”, considerou o advogado, acrescentando que um deles foi “o resultado eleitoral ter sido o que foi e estarmos já em pós-ressaca eleitoral e em pré-campanha eleitoral para as legislativas e a tomar decisões que os contribuintes possam gostar de ouvir”.



# CLIENTES REVOLTADOS

Teixeira dos Santos diz que o Estado não vai assumir as garantias dadas pelo BPP



Aguiar da Beira  
homenageia conterrâneo

## Amigo Dias Loureiro

Dias Loureiro, antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, que detinha o Banco Português de Negócios (BPN), é hoje homenageado em Aguiar da Beira, onde nasceu há 57 anos e onde mantém amigos e ligações familiares e políticas.

A autarquia, liderada por Fernando Andrade (PSD), seu amigo e compadre, decidiu aproveitar o Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas para homenagear todos os autarcas eleitos desde 1974. Entre eles destaca-se Manuel Joaquim Dias Loureiro, que foi presidente da Assembleia Municipal entre 1997 e 2005 e que no passado dia 27 de Maio abandonou o Conselho de Estado na sequência do inquérito ao caso BPN.

Fernando Andrade realça que Dias Loureiro **“foi e é”** uma pessoa muito presente em Aguiar da Beira, onde existe uma das primeiras sucursais do BPN, por baixo da casa onde vive a sua mãe. **“Tem uma vida muito ocupada mas nunca esqueceu a sua terra e as suas gentes. Procura vir com assiduidade e conviver com as pessoas daqui”**, afirmou à Lusa, contando que esse convívio muitas vezes se estende durante a noite, **“para jogar às cartas e ao xincalhão”** com os amigos.



MINISTRO DAS FINANÇAS DIZ QUE RESPONSABILIDADE É DOS ACIONISTAS

# Governo não vai pôr dinheiro no BPP

**CRISE!**

■ O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, anunciou ontem que não se justifica o envolvimento do Estado num processo de capitalização do Banco Privado Português (BPP), pois exigiria o investimento de 150 a 200 milhões de euros. "Parece-nos que não existe razão forte de interesse público que envolva o Estado", afirmou o governante, de 57 anos, no final do Conselho de Ministros.

Teixeira dos Santos acredita ter havido "prática de crimes no ambi-

**Teixeira dos Santos acredita ter havido "prática de crimes" na atividade da instituição**

to da atividade" do BPP e justificou ainda a decisão dizendo que "a responsabilidade é dos acionistas [do BPP] e do banco". "Dar garantia era pedir aos contribuintes para cobrirem o diferencial entre aquilo que os investidores colocaram no banco e o que os títulos valem", explicou.

No entanto, o Governo apresentou uma solução que passa pela troca de títulos por parte dos clientes



**PROTESTO.** Clientes estão insatisfeitos com a decisão do Executivo

do BPP e inclui o recurso ao sistema de indemnização de investidores, nos termos da atual lei.

O ministro revelou também que vai ser criada uma entidade com personalidade jurídica para gestão dos ativos subjacentes às aplicações de retorno absoluto e terá como acionistas vários bancos.

**SITUAÇÃO "INCOMPREENSÍVEL".** O porta-voz da Associação Privado Clien-

tes considera que a decisão do Governo, apresentada por Teixeira dos Santos, é "incompreensível" e distinta do tratamento em relação aos clientes do BPN, sublinhando que os clientes do banco "têm razão para estar completamente insatisfeitos" com a resolução do Executivo.

Na opinião de Jaime Antunes, o Governo devia ter atuado mais cedo e avançado com garantias financeiras como fez no BPN.



CLIENTES DO BPP QUE AMEALHARAM TODA A VIDA AGORA PASSAM MAL

# A dormir num colchão à porta do banco

Artur Barreto, 63 anos, é apenas um dos clientes que o *24horas* encontrou com a conta recheada, mas com graves dificuldades económicas. Tem 400 mil euros no banco e vive da ajuda dos filhos

■ TEXTO ■ SÓNIASIMÕES  
■ FOTOS ■ STEVENGOVERNO

**A**rtur Barreto tinha apenas 17 anos quando emigrou para a África do Sul como soldador. Nos anos seguintes passou pela Rodésia, Venezuela e Estados Unidos, sempre numa vida regrada para juntar o máximo de dinheiro possível. Quando amealhou 400 mil euros regressou a Portugal, sedento de uma velhice tranquila. Mas, nos

últimos meses, são os filhos que o têm sustentado. Não pode mexer num tostão que tem no Banco Privado Português (BPP).

"Construí a minha vida para não precisar de uma reforma em Portugal. Cá tinha apenas descontado durante oito anos", recorda ao *24horas*, após ouvir as palavras do ministro das Finanças Teixeira dos Santos (ver caixa).

Na última semana, Artur Barreto integrou os turnos de cerca de 30 clientes que têm passado 24 horas em protesto dentro das instalações do BPP. Dorme em colchões improvisados, come o que os clientes que moram ali perto, na Rua Mouzinho da Silveira, em Lisboa, lhe trazem e bebe a água que

os próprios funcionários disponibilizam ao grupo.

Ontem de manhã, nervoso, pediu desculpa por não contar a sua história. À tarde, irritado com as declarações do ministro, não hesitou em dizer que tem depositados no BPP 400 mil euros – o suficiente para viver confortavelmente dos juros. Desde que eles fossem, efectivamente, pagos.

Quando saiu de Portugal rumo a África do Sul, Artur sabia que iria ter de conter as despesas para trazer algum dinheiro no bolso. Chegou a trabalhar um ano na Rodésia, mas a instabilidade política, gerada pela independência, fê-lo regressar a África do Sul, onde teve o primeiro filho. Seguiu para a Venezuela, onde nasceu a filha. Não contente, aproveitou ter familiares nos EUA para emigrar mais uma vez.

Orgulhoso de dizer que é sobrinho de um combatente na II Grande Guerra, Artur vê-se agora numa situação "insustentável". **"Mudei o meu dinheiro do BPN para aqui e fui vítima de uma fraude. Com a medida anunciada pelo ministro recebo apenas 25 mil euros. O resto, só depois em tribunal"**, refere. "Se acham que eu sou rico, peguem na enxada que eu agarrei em 1963 e vão cavar para o mesmo sítio que eu fui", diz.

## Dono de microempresa

Durval Padrão, 38 anos, é cliente do BPP há apenas dois anos, e já deu a cara pelo protesto no Porto. Dorme há uma semana nas instalações do BPP.

Em meados do ano passado, quando percebeu as dificuldades



⇒ Artur Barreto emigrou e trabalhou como soldador em quatro países diferentes, sempre a poupar dinheiro



⇨ Carlos Cardoso depositou o dinheiro dos pais, de 83 anos

da banca, perguntou ao gerente de conta se os "milhares de euros" que depositara iam de facto vencer em Dezembro. Responderam-lhe que sim. No entanto, soube em Novembro que não poderia mexer nesse dinheiro.

Dono de uma microempresa na área de importação de componentes, Durval precisa de dinheiro para injectar na empresa. Mas, sete meses de luta, ainda não lhe trouxeram um euro. Licenciado

Despedimentos só em último caso. "Sou muito sensível a essas questões".

Sensível é também em relação aos clientes que têm protestado. "Há pessoas doentes e acamadas que tiveram de prescindir das pessoas que cuidavam delas por não terem dinheiro", diz. Na sala onde já passou algumas horas com outros clientes, viu actos desesperados de alguns que pensaram atear fogo às cortinas ou até ao suicídio. "As pessoas estão fechadas e nervosas. Conseguimos acalmá-las. Não queremos perder a razão", diz.

#### Fortuna dos pais

O empresário Carlos Cardoso, 48 anos, nasceu em Angola e foi encarregado pela família de depositar o dinheiro dos pais. Os dois, agora com 83 anos, ven-

deram duas propriedades para se livrarem de problemas com o arrendamento. "Tirei o dinheiro do BPN, a gestora de conta do BPP repetiu-me 500 vezes que não corria qualquer risco. Neste momento a minha vida e a dos meus pais está destruída". Carlos promete um fim trágico caso continue a viver "nesta constante angústia", a de saber que vai perder os bens que os pais amealharam a vida inteira, "desde o tempo dos avós".

Dois clientes do BPP vão hoje ser recebidos pelo Parlamento Europeu, em Bruxelas. À hora do fecho desta edição, estavam reunidos com o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. ▽

## Ministro não salva o banco

O ministro das Finanças anunciou ontem que o Governo não está disponível para salvar Banco Privado Português (BPP). Segundo defendeu Fernando Teixeira dos Santos em conferência de imprensa no final do Conselho de Ministros, "tendo em conta a dimensão deste banco, não há interesse público que justifique a entrada do Estado no capital do BPP", afirmou, revelando que o plano de saneamento apresentado pelos accionistas da instituição obrigaria a um investimento público que se situaria entre os 150 e os 200 milhões de euros.

Embora se tenha mostrado "solidário" com os cerca de 1800 clientes de Retorno Absoluto do BPP, Teixeira dos Santos afirmou que "não seria justificável, nem faria qualquer sentido os contribuintes substituírem o banco no pagamento das garantias dadas a estes clientes". "Tecnicamente, os produtos de Retorno Absoluto não são depósitos e os contratos destes referiam a existência de vários riscos na sua subscrição", continuou o ministro das Finanças, frisando que "se os clientes se sentem enganados, devem reclamar junto do banco e dos seus accionistas e não exigir aos contribuintes que cubram as suas perdas".

Teixeira dos Santos anunciou ainda que, tendo em conta as "situações de desespero" que muitos dos clientes do banco fundado por João Rendeiro estão a viver, será criada uma entidade independente que permitirá a estes investidores "substituir os seus títulos actuais por outros, emitidos por uma instituição credível, fora do universo do BPP, e que será gerida pelos principais bancos nacionais". De acordo com o ministro das Finanças, estes novos títulos terão as mesmas características que os anteriores (podem ser transaccionados, remunerados, etc.) e "permitirão desbloquear a situação actual, não havendo, no entanto qualquer garantia de retorno do capital investido inicialmente".

Para serem ressarcidos das perdas acumuladas pela situação no BPP, os clientes da instituição terão que recorrer ao Sistema de Indemnização dos Investidores, que garante uma cobertura máxima de 25 mil euros. Os clientes que não aceitem esta solução, adiantou ainda Teixeira dos Santos, terão de exigir a garantia dada pelo banco junto dos accionistas ou recorrer para os tribunais. "Nos contratos de Retorno Absoluto, o banco comprometia-se a garantir o retorno do capital investido e é isso mesmo que estes clientes devem reivindicar ao BPP", afirmou.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA



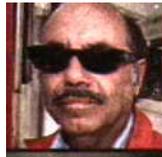
⇨ Teixeira dos Santos anunciou a criação de uma carteira de títulos para os clientes do BPP substituírem os seus títulos. Mas não garante retorno

### Se acham que eu sou rico, peguem na enxada que eu agarrei em 1963 e vão cavar para o mesmo sítio que eu fui

em gestão, Durval é pai de um filho de 4 anos e, desde que está na capital em protesto, é a mulher que gere a empresa.

#### Não quer despedir

Quem também se tem dividido entre a empresa de engenharia do ambiente, sediada em Lisboa, e a sede do BPP é José (nome fictício), de 63 anos. Quando depositou dinheiro no BPP pensava que estava a fazer um depósito a prazo por três meses, sem risco, mas quando quis o resgate já não conseguiu. Como tem colaboradores há mais de dez anos, já vendeu bens pessoais para conseguir pagar-lhes os salários.



**Este homem tinha 400 mil euros  
no BPP e agora vive da ajuda dos filhos**



# ECONOMIA

## CASO BPP



**PRIVADO** ■ CONSELHO DE MINISTROS AVANÇA COM SOLUÇÃO

# Clientes do BPP perdem de 480 milhões de euros

■ Teixeira dos Santos diz que o dinheiro dos contribuintes não pode ser usado para cobrir responsabi

● DIANA RAMOS/  
/PEDRO H. GONÇALVES

O Governo avançou ontem com uma solução para os clientes dos produtos de retorno absoluto do BPP que o próprio ministro das Finanças considerou talvez “não seja a resposta que [os clientes] querem, mas não é legítimo pedir aos contribuintes que assumam eventuais perdas”. “Se a garantia foi prestada pelo banco, é uma responsabilidade do banco e devem reclamar junto da instituição”, declarou o governante.

A resposta passa pela troca dos activos em que o BPP investiu o dinheiro dos clientes por novos títulos geridos por uma entidade “crédível”. Tudo isto a valores de mercado. Ou seja, com a desvalorização das aplicações que estavam sediadas em offshores, os clientes poderão perder mais de 480 milhões de euros.

Segundo Luís Miguel Henrique, representante da Associação de Defesa dos Clientes do BPP, “em função dos últimos extractos enviados aos clientes, as perdas médias rondam os 40%”. Feitas as contas, os cerca de 1200 milhões de euros entregues pelos clientes ao banco, e que foram aplicados nos produtos de retorno absoluto, valem agora pouco mais de 700 milhões. Se os clientes optarem por liquidar os activos após a tro-

**Executivo diz que “não há interesse público” em salvar banco**

Mesmo conhecendo os argumentos, Teixeira dos Santos não cedeu, e sublinhou com clareza:

“Não vejo justificação para que devam ser os contribuintes a substituir o banco da responsabilidade que resulta da garantia absoluta”, afirmou no final do Conselho de Ministros.

Os clientes poderão também recorrer ao Sistema de Indemnização aos Investidores, mas este pagará é de no máximo 25 mil euros por pessoa.

Sobre o futuro do BPP, o ministro assumiu que “não há risco sistémico”, pelo que “não há um interesse público” do Estado. A dona do BPP, a Privado Holding, já assumiu que está a trabalhar num novo plano. ■

### SAIBA MAIS

● **RETORNO ABSOLUTO**  
Os clientes que investiram no retorno absoluto acreditavam que estavam a fazer depósitos.

● **82**  
As aplicações do retorno absoluto estão distribuídas por 82 veículos offshore.

● **450**  
O Estado prolongou por seis meses o aval ao BPP, ao qual cedeu um empréstimo de 450 milhões.

### Adão quis pagar as poupanças

● A administração do BPP, liderada por Adão da Fonseca, considera em comunicado que a solução anunciada pelo Governo “carece de um intenso trabalho por parte do banco”, mas reafirma que será concretizada “no mais curto espaço de tempo possível”.

O banco recorda as duas propostas de pagamento a curto prazo aos clientes que foram rejeitadas pelo Executivo e sublinha que “sempre reconheceu aos clientes do retorno absoluto o compromisso de lhes pagar o capital investido”. Para isso, fez provisões nas contas de 2008. ■



Adão da Fonseca foi nomeado em Novembro para presidir ao BPP



RENDEIRO | **RECUSA COMENTAR**

O fundador e antigo presidente do Banco Privado Português João Rendeiro, contactado pelo 'CM', escusou-se a comentar a decisão do Governo, referindo que se encontra no estrangeiro



CRIMES | **AUTORIDADES DETECTAM**

As autoridades detectaram uma série de irregularidades, como operações fictícias e falsificação contabilística, que podem constituir a prática de crimes na actividade do BPP

GOVERNO | **NOVA LEGISLAÇÃO**

O Governo vai permitir que o Fundo de Garantia de Depósitos possa prestar apoio financeiro ao Sistema de Indemnização aos Investidores para que os clientes do BPP possam ser ressarcidos

# mais

idades do banco



Teixeira dos Santos diz que Governo está solidário com os clientes

REACÇÕES

“ Esta é a solução que melhor defende os interesses nacionais. Fizemos o que podíamos.

**JOSÉ SÓCRATES**  
Primeiro-ministro

“ Não ignoro que os clientes vêem em risco o património. Mas não compete ao Estado cobrir eventuais perdas que resultem das aplicações.

**TEIXEIRA DOS SANTOS**  
Ministro das Finanças

“ A montanha pariu um rato. A solução é a criação do megafundo sem a garantia do capital, hipótese que os clientes já tinham.

**MIGUEL HENRIQUE**  
Advogado de clientes do BPP

“ O Governo andou a gastar o dinheiro dos clientes, a delapidar o património, já de si desvalorizado, que os clientes tinham no banco.

**JAIME ANTUNES**  
Porta-voz da Privado Cliente



Carlos Cardoso foi um dos clientes que mais se mostraram indignados com a decisão do Governo

## Depositantes revoltados com a decisão do Governo

Os clientes do BPP estavam ontem muito revoltados com a decisão anunciada pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Em frente à sede do banco, em Lisboa, Paulo Jorge, membro da Associação de Defesa dos Clientes do BPP, afirmou estar bastante “intranquilo” com a solução encontrada pelo Governo, já que “os depósitos não estão garantidos na totalidade”.

Carlos Cardoso, cliente do banco que será hoje recebido em Bruxelas pelo director da unidade das

Instituições Financeiras da Comissão Europeia, Elemér Terták, afirma que “os clientes do BPP estão a ser tratados como portugueses de segunda”, ao não terem o mesmo tratamento que os clientes do BPN, e deixa um aviso: “Isto vai ter um fim trágico.”

Ao contrário do ministro das Finanças, que mostra confiança no sistema financeiro português, Carlos Cardoso deixa o alerta aos portugueses para que consultem os produtos que têm nos bancos, pois, na sua opinião, “a Banca em

Portugal está de tanga”.

Outro cliente que demonstrou indignação foi Artur Barreto, ex-emigrante que diz já ter contactado muitos portugueses a viver no estrangeiro avisando-os para não porem as suas economias em Portugal. Isto porque ele próprio está “bastante arrependido” de ter depositado as poupanças no País.

Os clientes estiveram ontem reunidos com Teixeira dos Santos e ouviram as explicações do ministro, mas admitem manter o protesto na sede do BPP. ■ W.M.



**Governo recusa salvar BPP com dinheiro dos contribuintes** PÁGS. 20 E 21



# BPP com solução mas sem dinheiro garantido

**Cientes** vão aceder ao Sistema de Indemnização ao Investidor para atenuar desvalorização

LUCILIA TIAGO  
ltiago@jn.pt

A solução para o BPP foi finalmente conhecida, mas não agradeu. O Estado, embora apoie a solução, não garante perdas ou a recuperação total do dinheiro. Clientes vão poder aceder ao Sistema de Indemnização.

Atenuar ou minimizar perdas. Foi desta forma que o ministro das Finanças se referiu ontem à solução desenhada para o Banco Privado Português e que, na prática, passa pela constituição de uma entidade que vai gerir novos títulos, que irão substituir os actuais, de retorno absoluto, e ainda sob a "alçada" do BPP.

Estes novos títulos serão "emitidos por uma instituição credível", que terá como accionistas "os principais bancos" nacionais, que já foram contactados para o efeito. O ministro das Finanças não avançou quais são os bancos em questão, mas sublinhou que "mostraram disponibilidade" para aderir. E é a partir daqui que a solução deixa de agradar a alguns clientes. É que, a substituição dos títulos será feita ao valor que têm actualmente, ou seja, aquilo que cada cliente do retorno absoluto entregará à nova sociedade corresponde ao valor actual da sua carteira e não ao que investiu.

Teixeira dos Santos salientou que não poderia ser de outra forma, ou seja, que não poderia haver uma garantia do Estado, por-



Ministro das Finanças diz que não podem ser os contribuintes a pagar as garantias do BPP

## Novos títulos e indemnizações

### ■ Títulos

Os novos títulos serão transaccionáveis, mobilizáveis e remuneráveis anualmente.

### ■ Maturidade

Os clientes com produtos de retorno absoluto que já atingiram a maturidade podem optar por receber o dinheiro que este produto vale actualmente ou por investi-lo na nova sociedade.

### ■ Fundo de Garantia

O Fundo de Garantia de Depósitos apenas indemniza os clientes com depósitos bancários e tem um limite máximo de 100 mil euros. O SII é de 25 mil euros, tendo o Governo optado por não mexer neste valor apesar de o presidente da CMVM ter indicado recentemente que os valores poderiam aproximar-se. Por uma questão de liquidez, será o FGD a adiantar os valores a pagar no âmbito do SII, sendo depois ressarcido.

### ■ Crime

Teixeira dos Santos diz que no BPP estão em causa indícios de práticas criminais e espera que a Justiça funcione.

que não seria justo pôr os contribuintes a pagar uma garantia que foi dada pelo BPP. Da mesma forma, a nova sociedade também não garantiria retorno do capital.

Ainda assim, foi decidido que os clientes que registem perdas entre o que aplicaram e o que agora lá têm, possam aceder ao Sistema de Indemnização ao Investidor (SII) e receber até um máximo de 25 mil euros por titular.

Na prática - e ressaltando o facto de toda esta solução ter ainda de ser regulamentada -, isto poderá significar que um cliente do BPP que investiu 200 mil euros em produtos de retorno absoluto, e que tenha visto o seu activo desvalorizar de forma a ter agora apenas 90 mil euros, poderá ser em parte ressarcido das perdas através do SII, até ao máximo de 25 mil euros. Este valor, tal como acontece no Fundo de Garantia de Depósitos, é atribuídos por titular, o que significa que se a conta tiver mais do que um titular, cada um recebe 25 mil euros.

A ausência de risco sistémico para o sistema financeiro no caso do BPP é uma das razões apontadas para justificar a recusa do Estado em entrar com dinheiro (200 milhões de euros) na recapitalização do banco. Esta decisão somada à solução agora desenhada, poderá ditar o fim do Banco Privado Português. O destino e o futuro do banco é uma questão que o ministro das Finanças remete para os accionistas do BPP. ■

## REACÇÕES

### Clientes acusam Governo de "cinismo" e de eleitoralismo

♦ Luís Miguel Henrique, da Associação Clientes do BPP, apelidou de "cinismo" o conselho dado ontem por Teixeira dos Santos para que os clientes accionem a garantia dada pelo banco aquando da subscrição do Retorno Absoluto, agora que o património do banco "está esvaziado". "É uma ironia, um cinismo, neste momento,

meio ano depois, estar a dizer aos clientes para accionarem uma garantia sobre uma determinada entidade [quando] o seu património está esvaziado para beneficiar apenas alguns", disse, à Lusa.

Em causa está o facto de o BPP ter entregue activos ao Estado como contra-garantia ao aval público, que lhe permitiu aceder a um

empréstimo de 450 milhões de euros. Com esse dinheiro, afirmou, foram pagos "apenas alguns dos credores". Luís Miguel Henrique admitiu, ainda, que o Governo teria encontrado outra solução se não estivesse. "em pré-campanha eleitoral para as legislativas e a tomar decisões que os contribuintes possam gostar de ouvir".

Em nome de outra associação de clientes, Jaime Antunes disse ser "lamentável" o tratamento diferente face aos clientes do BPN e acusou o Governo de "gastar o dinheiro dos clientes, a delapidar o património, já de si desvalorizado". "Para ter uma solução em que o Estado não se envolva (...) tinham avançado em Novembro", disse.

Já a empresa proprietária do BPP, a Privado Holding, negou ter informação oficial e completa sobre a solução, pelo que "não fará quaisquer comentários sobre o respectivo conteúdo neste momento". Também a administração do BPP disse que "não sabe de nada" sobre os bancos que deverão gerir os novos títulos. ■



**BANCA** PÁGINA 25

**Solução para  
o BPP não inclui  
recuperação total  
dos investimentos**



## AGUIAR DA BEIRA

**Dias Loureiro vai ser homenageado**

Dias Loureiro, antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, que detinha o BPN, é hoje homenageado em Aguiar da Beira, onde nasceu há 57 anos, foi presidente da Assembleia Municipal entre 1997 e 2005 e mantém amigos e ligações familiares e políticas. A autarquia, liderada por Fernando Andrade (PSD), seu amigo e compadre, decidiu aproveitar o 10 de Junho para homenagear todos os autarcas eleitos desde 1974.



Dias Loureiro foi presidente da Assembleia Municipal

## Utentes da Ponte "anti-Dias Loureiro"

**Aguiar da Beira.** Câmara homenageia Dias Loureiro, um dos filhos da terra que ali exerceram funções autárquicas

A Associação Democrática de Utentes da Ponte 25 de Abril vai fazer uma espécie de "ajuste de contas" com Dias Loureiro, agora que "caiu a máscara" ao ex-ministro da Administração Interna e um dos nomes mais visados no caso BPN, disse o dirigente Aristides Teixeira.

A associação adjectiva o repasto de "anti-Dias Loureiro", que está agendado para 18 de Junho no Café Império (Lisboa) e visa evocar os 15 anos do buzão da Ponte – que teve lugar a 24 de Junho de 1994.

Dias Loureiro – que é homenageado hoje pela Câmara de Aguiar da Beira, terra onde nasceu, juntamente com todos os

autarcas ali eleitos desde 1974 – é "o homem que mandou espancar dezenas de pessoas e perseguir e multar motociclistas, afinal está ligado a negócios pouco transparentes", referiu Aristides Teixeira.

Teixeira, que continua a apelar ao "buzão", garantiu que "as coisas estão piores do que em 1994". É por isso que o jantar é aberto a quem quiser participar, após uma primeira experiência em 2008 limitada aos autodenominados "antigos combatentes da Ponte", que não desistem de possíveis novas lutas por dizerem que lhes é fácil "canalizar vontades dispersas da população". ■ R.D., com Lusa



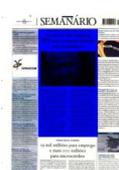
## Debate com Sócrates no próximo dia 24

**Conferência.** Primeiro debate com o primeiro-ministro pós-europeias está marcado

A conferência de líderes parlamentares agendou ontem para o próximo dia 17 de Junho o debate da moção de censura ao governo apresentada pelo CDS/PP. Para esta data estava marcado antes o debate quinzenal com o primeiro-ministro – o primeiro depois das eleições europeias –, que passa agora para 24 de Junho.

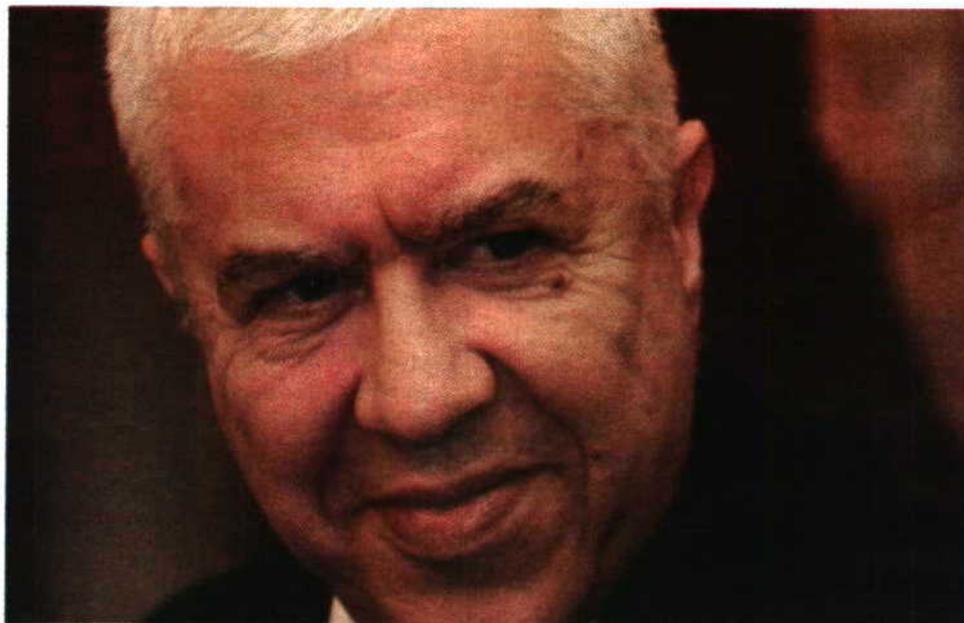
Para 2 de Julho ficou marcada a discussão parlamentar sobre o estado da Nação. Um dia depois, os deputados discutem o relatório final da comissão parlamentar de inquérito sobre o caso BPN. O último debate está marcado para 10 de Julho (dia em que decorre também a eleição do Provedor de Justiça), realizando-se ainda um plenário a 23 de Julho, para votações de diplomas. ■ S. F.

---



## SEIS BANCOS ASSEGURAM GESTÃO DOS TÍTULOS

# Governo não viabiliza BPP mas assegura liquidez aos investidores



O **MINISTRO** das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou no final do Conselho de Ministros que não houve falha na supervisão por parte do Banco de Portugal ao Banco Privado Português (BPP). “Teremos que reforçar o carácter preventivo do sistema, mas não podemos impedir que crimes se cometam”, explicou Teixeira dos Santos.

Teixeira dos Santos deixou ainda claro que o Governo não vê interesse público no envolvimento do Estado no BPP: “Não há interesse público que justifique que o estado invista 150 a 200 milhões.” Tendo voltado a repetir que os clientes têm de reclamar junto do BPP e não junto do Governo: “Não pode de forma alguma ser reivindicado aos contribuintes portugueses.”

O ministro das Finanças adiantou que um sistema de indemnizações dos investidores vai ser accionado o mais rapidamente possível e recusou responsabilidades do Governo na resolução do caso que tem centrado as atenções da opinião pública.

Uma entidade com capacidade jurídica vai ser criada para transferir os títulos do BPP e terá como accionistas bancos do nosso sis-

tema bancário português, mas Teixeira dos Santos não quis adiantar o nome dos bancos envolvidos e que já foram contactados.

A solução preconizada pelo Governo, afirmou o ministro, “atenua ou minimiza” as perdas dos clientes com produtos de retorno absoluto, mas não garante a recuperação total dos montantes aplicados.

Teixeira dos Santos especificou que estes depósitos de retorno absoluto não são “tecnicamente” depósitos e que “não faz sentido que sejam os contribuintes a substituir-se ao banco nas garantias dadas pelo banco.”

Os clientes não são obrigados a aderir a esta solução, indicou o Ministro das Finanças.

O BPP, já respondeu às afirmações de Teixeira dos Santos garantindo que a instituição financeira “não sabe de nada” sobre os bancos que deverão gerir os novos títulos.

Os clientes do BPP “têm razão para estar completamente insatisfeitos” com a solução apresentada ontem pelo Governo para o banco, sendo “lamentável” o tratamento diferenciado face aos clientes do BPN, defendeu Jaime Antunes, representante da Associação Privado Clientes. |



## UM NOVO CICLO

## O PS vai perder as legislativas

As eleições europeias marcam o início de um novo ciclo político. O cavaquismo pode regressar em força e dificilmente o PS conseguirá a energia para ganhar as legislativas. As europeias foram a primeira prova que o país não perdoa a José Sócrates o afrontamento aos professores, um milhão de empresas mandadas à falência pelo fisco, a perseguição da ASAE, os milhares no desemprego e outros milhares mandados para a miséria da diáspora emigrante.

Basicamente, a confirmar-se a regra política portuguesa de que quem vence as eleições europeias vence depois as eleições legislativas seguintes, José Sócrates e o PS já perderam as próximas eleições

de Outubro.

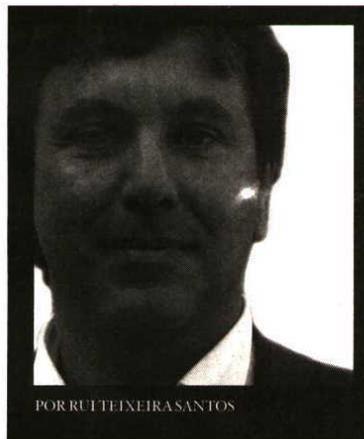
Essa regra sempre aconteceu em Portugal sem nenhuma excepção e sou daqueles que acredita que, também agora, não vai haver excepção em 2009, se não ocorrerem factos extraordinários.

Toda a máquina ideológica do PS – a começar pela sondagem extemporânea do meu amigo Rui Oliveira e Costa – já está em marcha para dizer que é possível mudar as coisas. Não é, em meu entender.

Vale a pena, por uma questão metodológica, avaliar os pontos fracos do PS. O PS perde por várias razões:

Primeiro, as razões do governo que perde: o governo socialista fez algumas refor-

mas, nomeadamente na Segurança Social, que a crise acabou por não permitir consolidar. Vamos a muito curto prazo ter más notícias nessa área. Por outro lado, o autismo, a arrogância do Governo, cansou os portugueses. O Governo confundiu a necessidade de afirmação de autoridade com o provinciano conceito de arrogância. Mas não só isso. O Governo afrontou desnecessariamente o Presidente da República – até mesmo com um número recorde de 10 diplomas vetados e tantos por inconstitucionalidade – e a retaliação com o caso BPN provou bem que afinal há uma agenda política por detrás da justiça portuguesa. Por outro lado, o Governo mostrou-se absolutamente in-



POR RUI TEIXEIRASANTOS

competente, deixando marcas nos processos de decisão de investimentos públicos e a suspeita generalizada de corrupção. Afrontou classes profissionais "sem diálogo", mas finalmente, sem ganho algum, transformando uma iniciativa reformista num combate de rua - como ainda anteontem vimos com os bonés dos polícias...

Por outro lado, temos as razões da oposição que fazem o governo perder: temos que reconhecer que a estratégia de Manuela Ferreira Leite - plagiada, aliás da campanha de "difamação e descrédito" organizada pelo PS contra o Santana Lopes (colhendo, na altura, apoios táticos no seio do próprio cavaquismo, que preparava a candidatura do Presidente Cavaco Silva) - está a produzir resultados. O PSD é a "verdade" - Ferreira Leite pronunciou três vezes o termo verdade no discurso de vitória de domingo passado - e o PS é a mentira, é o Pinóquio. Esta mensagem está a pas-

te é rigoroso e diz a verdade".

Finalmente, os candidatos: vimos que - com Vital Moreira - o País já não vota no rústico, no provinciano, como acontecia ainda há pouco tempo. É verdade que ainda são figuras da província ou suburbanas que dominam os partidos, mas já bastante urbanizados. Vital Moreira não era apenas o disparate feito professor, levantando todos os temas errados. Era também a própria figura que não passava.

Mas, do lado de Ferreira Leite, teremos problemas idênticos que decorrem da idade e do facto de ser mulher - há que ser objectivo, mesmo sem necessitarmos de criar alguma agenda machista, como já ouvi em círculos feministas. Ferreira Leite é muito tímida e tem uma enorme dificuldade de expressão.

A análise objectiva das condições dos candidatos é importante.

Daqui decorre que Ferreira Leite não



sar com a sucessão de episódios relativos ao primeiro-ministro, atacando a peça-chave



da maioria absoluta do PS - a determinação e o voluntarismo de José Sócrates.

Portanto, temos, de um lado, um governo com o desgaste de quatro anos, que assumiu guerras sociais, mas que não foi conseqüente nas reformas, e que finalmente paga uma crise económica que enfrentou com intervencionismo e acusações que finalmente não evitaram os níveis mais elevados de desemprego e o regresso do flagelo da emigração dos nossos melhores.

E do outro, um PSD, que apenas precisa de não cometer erros, que se limitará nos próximos três meses a dizer apenas que "os socialistas são mentirosos" e que "o PSD de Cavaco Silva/Manuela Ferreira Lei-

pode entregar a sua campanha à espontaneidade - coisa que nem o Presidente Obama faz com 47 anos e uma mediática figura carismática.

Já do lado de José Sócrates - com juventude e boa imagem televisiva -, o problema tem a ver com a credibilidade e com a capacidade de diálogo e de compreensão pelas dificuldades dos portugueses. É aqui que Sócrates tem que ser diferente do que foi.

Nos dois primeiros anos de governo Sócrates foram mandadas à falência um milhão de empresas por acções irresponsáveis do fisco. Os excessos da ASAE pagam-se agora nas eleições. Ainda na semana passada, no meio da maior crise dos últimos 80 anos, a Segurança Social andava a constituir arguidos e a fazer acusações de crime aos empresários com dificuldades em pagar as participações e o Fisco andava a penhorar contas bancárias e receitas futuras, em manifesto abuso de poder.

E sobretudo, o confronto dos professores que não perdoam a arrogância de mais uma reforma copiada da OCDE, mal feita, como normalmente são as "modas" propostas pela OCDE.

É evidente que assim é impossível ganhar eleições. E agora já estamos a três meses das mesmas. Está tudo na memória do eleitor.

Mas tudo se resume basicamente à imagem de trapalhada e corrupção que o Governo permitiu que a magistratura do Ministério Público criasse em Portugal, sujando todos e enojando o eleitorado. E neste particular, a imagem de uma Manuela Ferreira Leite pura e virgem, a dizer a verdade, pode ser devastadora para o PS.

Não se esqueçam que já temos uma Nossa Senhora de Fátima...]

**Produtos de retorno absoluto.** Foi um 'balde de água fria' nas expectativas dos 1800 clientes do BPP que aguardavam por uma solução para o reembolso das suas poupanças. O Governo não vai dar qualquer garantia para que estes consigam reaver o dinheiro. Só resta esperar pela recuperação do mercado. Mas estes prometem continuar a luta, que hoje acontece em Bruxelas

## CLIENTES DO BPP SEM GARANTIA DE RECUPERAR DINHEIRO



Teixeira dos Santos disse ontem 'não' a uma garantia estatal para o banco

PAULA CORDEIRO

O Estado não vai garantir as aplicações dos clientes do Banco Privado Português (BPP). Em nome "da boa gestão do dinheiro dos contribuintes", Teixeira dos Santos desfez ontem as dúvidas sobre um possível envolvimento de uma garantia estatal para pagar o capital investido nos produtos de retorno absoluto, provocando reacções negativas junto dos clientes, que vêem os 1,2 mil milhões de euros aplicados em produtos de retorno absoluto reduzidos ao actual valor de mercado.

"Não me parece que seja justificável que os contribuintes se substituam ao banco", disse ontem o ministro das Finanças, no final do Conselho de Ministros, onde se aprovou a solução para o BPP.

Assim, aos cerca de 1800 clientes do BPP com aplicações de retorno absoluto resta-lhes dois caminhos: resgatar os títulos, já vencidos ou não, ao actual valor de mercado (em alguns casos com perdas supe-

riores a 60%), sem garantia de capital; ou substituir os actuais títulos por novos, que serão unidades de participação de um fundo, que receberá os activos destes clientes. Estes títulos serão "transaccionáveis, remunerados e reembolsáveis anualmente", uma vez que representam activos existentes.

Estes novos títulos serão entregues a uma entidade a criar pelos "principais bancos portugueses" que irão gerir esse fundo, adiantou. O ministro escusou-se a adiantar quais os bancos envolvidos, dizendo apenas que os contactos prosseguem e que os principais bancos "mostraram disponibilidade". Con-



Clientes descontentes

tactados os cinco maiores bancos, nenhum quis comentar.

"Não há garantias envolvidas, nem podemos garantir que os clientes vão recuperar o seu capital", acrescentou o governante.

O Governo apenas se compromete a accionar o Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), para ressarcir de algum diferencial entre o investido e o actualmente pago, uma vez que paga apenas a cada titular destas aplicações um montante até 25 mil euros, mesmo aos que não resgatem os títulos e os transfiram para a nova entidade.

Face às insuficientes dotações do SII, o Conselho de Ministros aprovou ainda um "mecanismo de solidariedade entre os sistemas públicos de protecção de poupanças", que permitirá que o Fundo de Garantia de Depósitos empreste pontualmente dinheiro ao SII, para satisfazer este compromisso para com os clientes do BPP.

O DN sabe que esta solução não era a defendida pelos autoridades

### Detectados indícios de crime

"Foram detectadas irregularidades graves, que consubstanciam a prática de crimes", afirmou ontem Teixeira dos Santos, indicando que estes indícios foram participados ao Ministério Público. O ministro enunciou, entre estes, **operações fictícias** feitas em prejuízo dos clientes e **falsificações contabilísticas**. "O BPP nunca reflectiu as responsabilidades assumidas perante os clientes no seu balanço", lembrou Teixeira dos Santos. O banco furtou-se, assim, a ter capitais próprios reforçados, que permitissem cobrir as garantias dadas aos clientes. O ministro acrescentou ainda que foram já identificadas 82 entidades em *off-shores*, que geriam os veículos onde eram colocados os instrumentos financeiros adquiridos pelo BPP com as poupanças dos clientes.

Dimensão do BPP não lhe confere relevância sistémica significativa. (...) Não nos parece que existe um risco forte para o interesse público que justifique o envolvimento do Estado na capitalização do BPP.

No nosso entendimento, estes produtos não são tecnicamente depósitos.

Não houve falha de supervisão (no BPP). Não há sistema de supervisão no mundo que assegure que quem queira cometer uma ilegalidade não a cometa.

Teixeira dos Santos  
Ministro das Finanças

de supervisão, ou seja, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e o Banco de Portugal, alição da mesma garantia estatal, agora negada.

Ontem, o ministro foi peremptório a justificar esta posição. "No nosso entendimento, estes produtos não são tecnicamente depósitos", clarificou. Disse ainda que os clientes "têm um direito sobre o BPP; que deve ser reivindicado sobre o banco e não junto dos contribuintes", incitando ao recurso aos tribunais.

O governante explicou ainda porque rejeitou o plano de recuperação. Face à ausência de risco sistémico, o Governo optou por não entrar com os 150 milhões de euros propostos pela administração. A recuperação ou a falência do BPP cabe agora aos accionistas. ■

VEJA MAIS  
▶ Vídeos - Veja o ministro das Finanças a apresentar a solução para o caso BPP

## Clientes vão analisar novas formas de luta

Um grupo de clientes do BPP foi recebido pelo ministro das Finanças, durante a tarde de ontem, e no final manifestaram o seu desânimo. "Chamámos a atenção para a falta de equidade, face ao que se passou no BPN", disse ao DN Paulo Jorge, um dos clientes. Ontem à noite, iriam decidir quais os próximos passos. Jaime Antunes, por seu lado, disse à Lusa que os clientes "têm razão para estar completamente insatisfeitos" com a decisão. O representante da Associação Privado Clientes referiu ainda que o Governo "andou a gastar o dinheiro dos clientes, a delapidar o património, já de si desvalorizado" dos clientes. Esta preocupação foi igualmente manifestada por Luís Miguel Henrique, da Associação Clientes do BPP, classificando de "desonesta" a atitude do governo, ao aconselhar agora os clientes a acionarem a garantia de capital, numa altura em que o banco "já está esvaziado".

## Adão da Fonseca disposto a colaborar

A administração do BPP, reagindo à solução avançada pelo Governo, mostrou-se disponível para continuar "a dialogar com os clientes e a trabalhar com as autoridades, na medida das suas competências, para que a solução dos clientes de retorno absoluto, agora anunciada pelo Ministério das Finanças, seja concretizada no mais curto espaço de tempo possível". Em comunicado, o conselho liderado por Adão da Fonseca refere que a solução "carece de um intenso trabalho por parte do banco". Esclarece que os 450 milhões de euros emprestados foram "exclusivamente utilizados nos termos permitidos pelo contrato de empréstimo", "sem qualquer discriminação em relação aos clientes", acrescentando que o esgotamento da verba ocorreu a 27 de Abril, altura em que o banco suspendeu pagamentos. A administração lembra ainda as propostas de solução que apresentou às autoridades.

## Accionistas acreditam na recuperação

A Privado Holding, accionista do BPP, continua "a trabalhar na definição dos traços gerais de um novo plano de recuperação e saneamento, que permita acautelar os interesses dos clientes, trabalhadores e credores do Banco Privado Português, bem como os interesses do Grupo Privado Holding". Foi desta forma que esta entidade reagiu às declarações do ministro das Finanças e à solução apontada para o banco, deixando no ar a indicação de que ainda acredita na viabilização da instituição. Em comunicado, a Privado informa que "não teve qualquer contacto ou informação oficial e completa sobre a matéria, nem sequer qualquer intervenção directa ou indirecta na mesma", escusando-se a fazer comentários. Os accionistas do BPP remetem qualquer apreciação para a solução agora avançada para quando "tiver acesso à informação oficial e completa".

## Clientes do BPP só recuperam dinheiro se mercado valorizar

O Governo não vai garantir as aplicações dos clientes do retorno absoluto do Banco Privado Português (BPP). Teixeira dos Santos anunciou a solução para o banco, que passa pela troca dos actuais títulos por outros, geridos por uma nova entidade. Os clientes terão de esperar por uma possível valorização do mercado para recuperar capital. **ACTUAL, pág. 5**





RESULTADOS DAS ELEIÇÕES EUROPEIAS PROVOCAM MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL

# Acabou o mito que Sócrates é imbatível

O resultado das eleições europeias do último domingo, mais do que uma vitória do PSD, consubstanciou uma derrota, em toda a linha, do PS. Uma derrota pessoal de José Sócrates, que se empenhou profundamente na campanha através de aparições sucessivas e que escolheu, como os eleitores fizeram questão de comprovar, um mau candidato; uma derrota do Governo, que foi alvo de uma apreciação negativa por parte da população – o tal cartão amarelo; e uma derrota do PS enquanto estrutura, que não se mobilizou adequadamente para a campanha, como vários dirigentes socialistas já denunciaram.

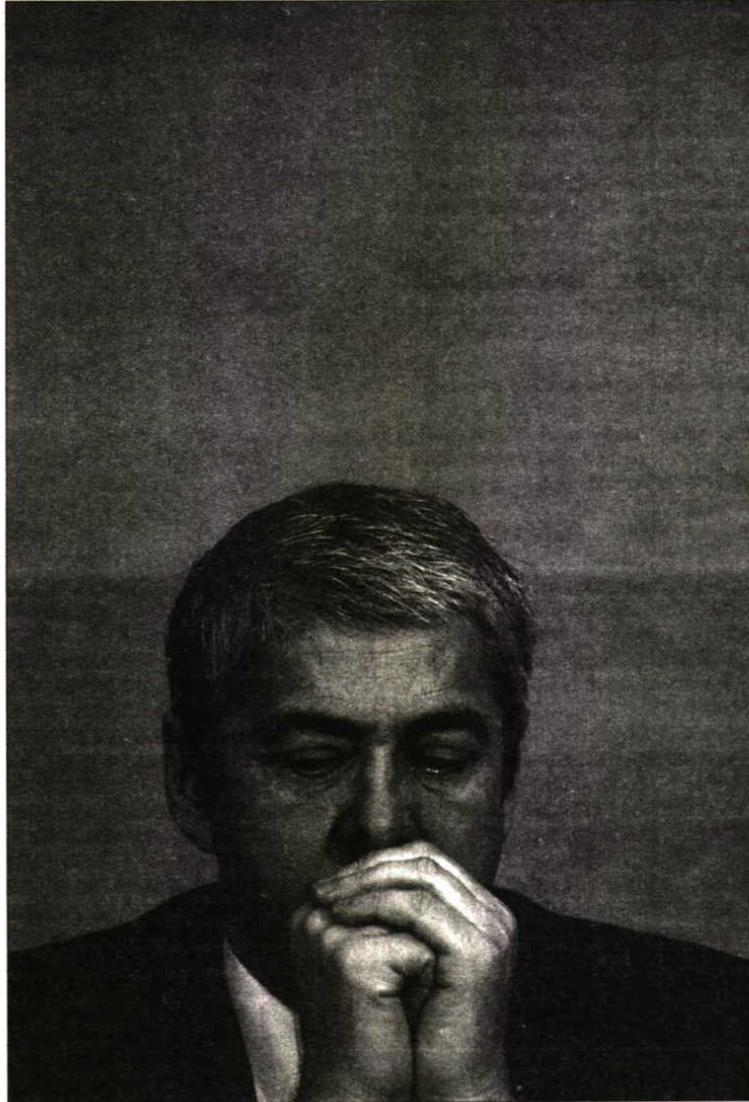
DUARTE ALBUQUERQUE CARREIRA  
da.carreira@semanario.pt

**CAIU POR TERRA** o mito que Sócrates é imbatível. O secretário-geral do PS, para além da sua presença não ser factor bastante para ganhar uma eleição, também comete erros políticos. E a escolha de Vital foi um desses erros. Tal como a própria estratégia da campanha não foi a mais correcta, com o cabeça-de-lista socialista ao Parlamento Europeu a tentar colar o caso BPN ao PSD. Os eleitores não gostam desse estilo e, conseqüentemente, fizeram questão de o penalizar.

Com o fim da imagem de José Sócrates como "santo milagreiro", o grande mentor da primeira maioria absoluta na história do PS, chega a crispação interna. Até aqui temos assistido, basicamente, a Manuel Alegre a falar sozinho, abandonado pelos seus camaradas mais de esquerda. O desvelar das fragilidades de Sócrates vai originar o surgimento de vozes a fazer-lhe oposição, já na disputa pela liderança dos socialistas. Tal como Sócrates conspirou contra o ferismo, mesmo antes de Sampaio dar posse a Santana Lopes e originar a demissão de Ferro Rodrigues, a partir de domingo começaram a trabalhar os conspiradores contra o socratismo.

## Nova esperança no PSD

No principal partido da oposição nasceu, novamente, a esperança de chegar ao poder já este ano. O PSD, não obstante ter obtido um resultado que não é uma vitória estrondosa – até porque a abstenção foi muito elevada – voltou a afirmar-se como alternativa. E com a impossibilidade de um entendimento entre a esquerda (PS, PCP e BE) e a inexistência de diálogo entre os líderes do Bloco Central, o eleitor vai pesar as perspectivas de governação que a direita, Manuela Ferreira Leite e Paulo Portas, poderá oferecer. Perante uma esquerda que não se entende e duas possíveis coligações segundo muitos anti-natura (PS/PSD e PS/CDS), uma solução governativa formada pelo PSD



e pelo CDS poderá ser a única via para um Executivo estável numa altura de crise em Portugal e no Mundo.

Ao SEMÁNARIO, Vicente Jorge Silva disse não acreditar na hipótese de um possível governo de coligação oriundo da esquerda nem no facto de José Sócrates poder governar sem uma maioria absoluta. "Não acredito que o PS reedite a maioria absoluta e José Sócrates não é homem para governar numa base de compromisso. Ele só sabe governar numa lógica do quero, posso e mando. E, portanto, não estou a ver Sócrates a fazer pontes quer à direita quer à esquerda. Não que as pessoas devam abdicar da coerência com os seus princípios, mas há a capacidade de dialogar, de discutir as coisas".

Se Sócrates não tiver maioria absoluta vai-se embora? Vicente Jorge Silva pensa que o eleitorado mais moderno, mais jovem e

mais urbano, cresça. Enquanto o PCP é um partido regional, do Alentejo, muito envelhecido, que vai tender a ficar cada vez mais velho e com um discurso que é quase sempre o mesmo.

mais urbano, cresça. Enquanto o PCP é um partido regional, do Alentejo, muito envelhecido, que vai tender a ficar cada vez mais velho e com um discurso que é quase sempre o mesmo.

"Uma das coisas que bloqueiam o BE", continuou "é que ainda é um partido devedor de alguns clichés da antiga extrema esquerda. Mas penso que este resultado vai obrigar o Bloco a pensar se pessoas como Francisco Louçã, muito marcadas por esse passado muito ideológico, são capazes de dar a volta."

## Quem beneficiou com o fim anunciado do neoliberalismo

O grande mote, interno e a nível internacional, das eleições europeias foi o sentimento – e para alguns a necessidade imperativa – de mudança de paradigma que se fazia sentir na Europa e no Mundo. O fim do neoliberalismo, a implosão do capitalismo, a necessidade de aumentar a regulação e o peso do Estado na economia... Tudo indicava para uma viragem à esquerda e para um aumento do peso da família socialista no Parlamento Europeu. Mas sucedeu exactamente o contrário: o Partido Popular Europeu cresceu e a esquerda diminuiu. Parece um paradoxo em tempos onde, curiosamente, do ponto de vista doutrinário e dos princípios, os socialistas deviam estar mais confortáveis do que a direita.

Na opinião de Vicente Jorge Silva, "todos os partidos socialistas foram penalizados. Estamos a assistir, em geral, a um esvaziamento da capacidade destas forças políticas. E são penalizados porque não souberam reagir. Quando caiu o muro de Berlim os socialistas decidiram que se tinham de afastar de qualquer hipótese de ligação ao socialismo real dos países da Europa de Leste e abraçaram o neo-liberalismo. A queda do socialismo real seria a prova que a social-democracia era uma resposta mais moderna e mais adequada aos problemas da Europa e do Mundo. E agora, os socialistas vêem a direita apropriar-se das suas bandeiras e não são capazes de reagir".

Segundo Jorge Silva quem está a fazer o papel que hoje devia ser feito pela esquerda na Europa é a direita: "os partidos socialistas europeus colocam demasiado empenho em questões civilizacionais, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, porque não são capazes de assumir uma posição mais socialista em questões de política financeira ou económica. A ironia está no facto da direita europeia estar a cavalgar a onda da regulação. Veja-se o caso Sarkozy, que foi eleito com um discurso neoliberal e agora é o campeão das grandes reformas e da regulação."



## A Máfia Institucional Portuguesa

HÁ POUCO TEMPO, uma investigadora em ciências sociais publicou um livro sobre o sistema de representação parlamentar português, no qual evidenciava o divórcio entre os portugueses e os seus representantes, um divórcio que parece dever-se menos ao desinteresse dos cidadãos do que à arquitetura do sistema. Esta última favorece o poder dos partidos em detrimento das funções de representação dos constituintes pelos deputados, que mais não são do que funcionários obedientes das suas máquinas partidárias.

Já sabíamos que os círculos eleitorais são uma facécia institucional, uma vez que qualquer funcionário partidário pode ser candidato a qualquer círculo, independentemente das suas afinidades territoriais, a menos, é claro, que tais afinidades, reais ou imaginárias, sirvam o propósito da caça aos votos. Agora sabemos também que é normal, durante uma legislatura, os partidos mudarem até três quartos dos deputados eleitos.

Esta desresponsabilização dos deputados, transformados em meros instrumentos partidários, cuja obediência é garantida pela ameaça de não inclusão nas próximas listas eleitorais, é a porta aberta ao cinismo e ao aproveitamento do cargo público para fins pessoais. Afinal, os deputados são tratados como cavalos (escolhem-se consoante as corridas a ganhar: eleitorais, legislativas ou outras), ou pior, como coisas. Ora, o esquema é clássico: quem se deixa tratar como um objecto por quem está acima de si, acaba por tratar do mesmo modo os que a si estão sujeitos, numa tentativa de recuperar um arremedo de dignidade pessoal reinterpretada como poder de coagir os outros. Neste caso, os outros são os eleitores que o cargo público ocupado pelo deputado representa. Ao tratar o cargo como uma coisa que ordena aos seus fins pessoais, são os próprios constituintes que o deputado está a tratar deste modo.

Ora, é precisamente isso que fez o cabeça de lista do PSD às eleições europeias, Paulo Rangel, ao "suspender o mandato em 2007 e 2008, durante meses (tendo continuado a trabalhar como jurista), mas tendo voltado sempre na véspera das férias, para receber o ordenado quando o Parlamento estava parado," conforme nos recorda Ferreira Fernandes (DN de 2009-05-28). A sabedoria convencional portuguesa, de que Ferreira Leite parece comungar abundantemente, associa um tal cuidado com as finanças pessoais a um perfil comedido, previsível e, sobretudo, controlável, o que não terá sido alheio à escolha de Rangel para líder parlamentar e, agora, para cabeça de lista às europeias. Não obstante, do ponto de vista ético, este tipo de comportamento é deplorável.

Todavia, não foi apenas enquanto o seu mandato esteve suspenso que Paulo Rangel exerceu privadamente a actividade de "jurista" (vulgo, advogado). Nesta época de campanha eleitoral em que as portas dos armários se abrem e se incomodam os esqueletos, ficámos a saber por Ana Gomes (DN, 2009-05-30) que Paulo Rangel tem exercido o seu mandato "sem exclusividade, mantendo actividades jurídicas e de jurisconsulto, dando aulas e outras". Ora, é contra esta prática de exercício simultâneo das actividades de deputado e de advogado que vai a proposta de alteração dos estatutos da Ordem dos Advogados apresentada ao governo pelo bastonário, Marinho Pinto. Apesar de esta

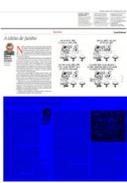
proposta ter sido abafada nos media pelas ameaças de Marinho Pinto de desmontar os "conselhos distritais" da Ordem (onde parecem vicejar os notáveis da advocacia), este é o grande pomo da discórdia, a comção da nata da "classe," que assim se vê perante o cenário de privação da alavanca parlamentar. É claro que a proposta de Marinho Pinto vai no sentido da mais elementar justiça e da transparência que se exigem de um Estado de Direito, mas vá-se lá tentar explicar isto à elite do pós-25 e é-se logo apodado de louco.

Mas até essa "loucura" parecerá racional quando o establishment do pós-25 se esboroar. É o que parece estar a acontecer à volta do caso BPN. "Foi um erro prender o Costa." É o que já estarão a pensar muitos (ir)responsáveis do PS, do PSD e da banca portuguesa. Já sem esperança de limpar o nome e voltar à vida de sempre, Oliveira e Costa resolveu puxar pelos cordéis da verdade. Dias Loureiro já se juntou a ele no banho de lama e Vítor Constâncio prepara-se para o mergulho. Torna-se cada vez mais claro, de dia para dia, que o BdP estava informado das malversações no BPN e que resolveu assumir as suas responsabilidades de Alto Actor do Sistema, obedecendo à Primeira Lei da Máfia Institucional Portuguesa: "Não Levantarás Ondas." Pode ser que isto acabe com a tese ridícula segundo a qual o salário obscuro do governador do BdD, superior ao do governador da Reserva Federal Americana, seria uma garantia de isenção e de independência. Ao contrário, a mensagem embutida em tal renda parece ser: "Porta-te bem meu lindo."

Mas até na sua queda, Roma é lucrativa. Que o digam os constitucionalistas e quejandos turbo-jurisconsultos, essa raça pós-25 que vende pareceres, as dispendiosas setas douradas de que se servem os arqueiros das diferentes facções (esquerda, direita, pública, privada) da máfia institucional nas suas lutas intestinas, frequentemente a expensas do contribuinte. O BdP e a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN já se serviram destas Armas de Jurisdição Massiva a propósito da recusa do BdP em entregar à comissão documentos relativos ao BPN por aquela requeridos. A recusa do BdP face aos representantes directos dos portugueses alega protecção do sigilo bancário, impedindo assim que se saiba o que o BdP sabia. Protecção do sigilo ou sigilo da protecção?

Depois queixam-se os políticos de que o povo está alheado da "democracia," como se tivessem sido outros a construir o bizantino emaranhado legal a que com pompa se chama "ordenamento jurídico português," e cujas democráticas garantias protegem os políticos, os ricos e demais notáveis das suas próprias prevaricações, mas não defendem os pobres diabos que são espancados e até decepados pelas nossas polícias.

Os mais polidos comentadores deste canto da Europa, quanto a eles, entretêm-se a assinalar o populismo dos que denunciam as iniquidades da classe política, das elites financeiras e da justiça, e anotam clinicamente o crescimento dos extremismos políticos. Talvez estejam a preparar-se para servir novos deuses. |



*O voto, de arma do povo passou a ser a arma de uma nova casta*

## A democracia circunstancial

**T**erminou o primeiro acto eleitoral. Seguem-se mais dois e a questão, agora, é avaliar a hipótese de, com eles, algo mudar num país que se atola num pântano. Mas como poderemos esperar mudança se os protagonistas que se divisam são os mesmos e o que de negativo dizem uns dos outros se poderia aplicar, tudo junto, a cada um deles?

A curta história dos nossos 35 anos de democracia patenteia uma linear alternância entre ciclos eufóricos e depressivos, a que sempre tem faltado uma visão política de longo prazo e uma capacidade de mobilizar os portugueses a favor do verdadeiro interesse nacional e colectivo. Parafraseando James Clarke, têm-nos sobrado pequenos políticos que só pensam na próxima eleição e escasseado políticos que se preocupem com a próxima geração. A Educação é, actualmente, um belo paradigma do que afirmo. Partindo de diagnósticos correctos, orientou todas as medidas para um mesmo objectivo: fabricar resultados estatísticos imediatos, com criminoso desprezo pelo engano dramático em que envolveu milhares de jovens e adultos, embalados na miragem das novas oportunidades.

Se nos virarmos para a Economia, núcleo central do debate político que a conjuntura sobreleva, encontramos a mesma natureza bipolar do nosso existir: ora gastamos à tripa forra, julgando que somos ricos, embalados pelo crédito fácil que convida ao consumismo irreflectido e predador, ora apertamos o cinto até ao limiar da própria fome e de privações desumanas. O traço comum entre estas duas realidades não me parece difícil de estabelecer: a um povo pouco esclarecido, políticos sem escrúpulos têm dito que pode adquirir saber e conhecimento por osmose, tendo o Magalhães e as Novas Oportunidades como interfaces, e que é possível viver eternamente gastando mais do que aquilo que se produz, pois a recuperação económica chegará se confiarem no seu charlatanismo e ainda sobrarão trocos para o TGV e BPN.

Uma reflexão que o acto eleitoral acabou de viver permite, e que, obviamente, se projecta nos dois que se seguem, respeita ao afa-



**Santana Castilho**

*Outra legislatura  
crispada,  
persistindo nos erros  
monumentais que  
nesta foram cometidos,  
será suicidária para o  
país e para as gerações  
vindouras*

tamento claro e continuado da vida política por parte da denominada sociedade civil. Por isto são responsáveis os partidos políticos dominantes e a sua lógica de apropriação da democracia. Em consequência da oligarquia partidária, uns (poucos) sentam-se diariamente à mesa do orçamento e só se lembram dos restantes de 4 em 4 anos, para os aliciarem a legitimar o logro. Embora a abstenção seja o que sabemos, espanta-me o tempo que o cidadão comum tem levado a interiorizar que a sua hipótese de intervir na vida política vale pouco mais que zero. De arma do povo, o voto, com esta lógica, passou a ser a arma de uma nova casta. Esta é a doença endémica da nossa democracia, que só terá correcção com a regeneração deste regime, podre e corrupto, dominado por gente que vive da política em vez de viver para a política. E para isso é necessário exhibir publicamente os logros e os erros. Porque os erros não podem virar princípios por imposição autocrática daqueles que os cometem. Reside aí, aliás, a diferença entre a democracia madura e a democracia circunstancial (a que atrai a atenção dos governantes apenas em circunstância de eleições). Na primeira, as estruturas de participação activa da sociedade evitam a persistência nos erros e sujeitam o poder a um saudável escrutínio continuado. Na segunda, os régulos de serviço acenam com a legitimidade da eleição que os escolheu para transformar a República na sua própria quinta. Necessário, ainda, é guardar memória dos que mentiram e se serviram, quando deveriam servir, para não os repescar de uma qualquer travessia de deserto dourado, pouco tempo volvido (creio ter sido Churchill que comparou a política à guerra para dizer que na guerra só se morria uma vez, enquanto na política se podia ressuscitar várias vezes).

Os problemas da Educação e da Economia, e com eles os da Saúde e da Justiça, só são solúveis (de forma a estancar a marcha no plano inclinado da perda da soberania em que nos encontramos) se soubermos gerar um consenso político e social que esteja nos antípodas dos comportamentos em que os líderes políticos foram pródigos nestas eleições. O país está cansado de ódios e golpes baixos. Prosseguindo assim, ganharão eleições, mesmo que o número de votos seja cada vez menor. Mas não



ganharão soluções para os problemas de todos nós nem o respeito da nação. Outra legislatura crispada, persistindo nos erros monumentais que nesta foram cometidos, será suicidária para o país e para as gerações vindouras. Abandono-me ao critério dos que me podem apodar de pessimista porque é a minha consciência que grita que, pela má condução da Economia e da Educação, estamos a perder a independência nacional. Sei do que falo, meço o que digo e não estou a ser exagerado.

Termino, remexendo na memória. O que Eça e Ramalho Ortigão diziam do povo em 1871 sugere que a nossa evolução é demasiado lenta: "O país é espectador distraído: nada tem de comum com o que se representa no palco; não se interessa pelos personagens e acha-os todos impuros e nulos; não se interessa pelas cenas e acha-as todas inúteis e imorais... Só às vezes, no meio do seu tédio, se lembra que para poder ver teve que pagar... Paga para ter ministros que não governam, deputados que não legislam, soldados que não defendem, padres que rezam contra ele. Paga àqueles que o espoliam e àqueles que são seus parasitas ... Paga tudo, paga para tudo". *Professor do ensino superior (s.castilho@netcabo.pt)*



Banca Clientes do banco sem apoio de dinheiros públicos

# Governo deixa BPP entregue aos accionistas

O Estado não vai garantir os investimentos dos clientes. Finanças propõem criação de fundo para tentar recuperar valor das aplicações

Ana Brito

● O ministro das Finanças desfez ontem as dúvidas de quem ainda acreditava numa injeção de capitais públicos no Banco Privado Português (BPP). A resposta é não. O BPP não apresenta risco sistémico, ao contrário do BPN, e “não faz sentido” que o dinheiro dos contribuintes seja usado na sua capitalização, defendeu ontem Fernando Teixeira dos Santos, ao anunciar o chumbo ao plano de recuperação apresentado pela gestão provisória de Adão da Fonseca.

Sete meses depois da intervenção no banco fundado por João Rendeiro, sobre o qual pairam suspeitas de actos de gestão danosa e ilícitos criminais, o Governo veio dizer que afinal o futuro do BPP é da responsabilidade dos accionistas, a quem caberá decidir se recapitalizam o banco ou avançam para um processo de falência.

Na conferência que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros, Teixeira dos Santos salvaguardou que os depósitos dos clientes do BPP (cerca de 200 milhões de euros) estão garantidos por lei - pelo menos até ao limite

de 100 mil euros por titular -, mas assegurou que o Governo não vai pedir aos contribuintes “que se substituam ao banco nas garantias dadas aos clientes” do produto de retorno absoluto, cobrindo as perdas dos investimentos através de garantias de capital do Estado (ver perguntas & respostas). Em causa estão mais de 2700 clientes do BPP que dizem ter as suas poupanças aplicadas em activos com um valor nominal de 1,2 mil milhões de euros, mas que hoje valem cerca de metade. Em declarações ao PÚBLICO, o representante da associação Privado Clientes, Jaime Antunes, considerou “lamentável que o Governo esteja a usar os clientes do BPP como arma eleitoral depois dos resultados das eleições de domingo”. O empresário, que além de cliente é um pequeno accionista do BPP, questionou o facto de o Governo ter intervencionado o banco em Novembro, “para chegar ao fim de sete meses e lavar as mãos”.

## Governo quer rapidez

Admitindo que alguns clientes se sentem “enganados pela forma como o produto [de retorno absoluto] foi comercializado” (porque alegadamente foram contratualizados como se se tratasse de depósitos a prazo e aplicações sem risco), Teixeira dos Santos revelou que o Governo desenhou uma solução para “atenuar ou minimizar as perdas”, que passa pela possibilidade de “substituir os títulos actuais [das carteiras do retorno absoluto] por títulos novos emitidos por uma instituição credível e fora do universo do BPP, transaccionáveis, remunerados e reembolsáveis”. Esta entidade terá como accionistas os principais bancos que, segundo Teixeira dos Santos, já manifestaram abertura para participar, apesar de “ainda ser prematuro” revelar os seus nomes.

De qualquer maneira, a diferença entre o valor investido e o valor actual (inferior) desses activos será sempre da responsabilidade do BPP, o que volta a remeter a questão para a solução que os accionistas venham a encontrar para a instituição.

Em comunicado enviado ontem à noite, a administração provisória do BPP (nomeada pelo Banco de Portugal e em funções desde Dezembro) notou que a proposta do Governo “carece de um intenso trabalho por parte do banco”, que será “desenvolvido sem regatear esforços”, para que a solução “seja concretizada no mais curto espaço de tempo possível”.

Para além da questão estritamente financeira, o ministro das Finanças

Representantes de clientes, ontem, à saída do Ministério das Finanças



apelou a que a justiça “funcione na defesa dos interesses dos clientes do BPP”, onde há evidência de “prática de crimes”, numa referência ao período anterior à intervenção do Estado, liderado por João Rendeiro.

Teixeira dos Santos reuniu-se durante a tarde com alguns clientes do BPP, a quem garantiu já ter dado instruções à administração do BPP, CMVM e Banco de Portugal para trabalharem “com a máxima urgência” nesta solução. “O Estado não está em condições de garantir que lhes dá o dinheiro que eles investiram”, mas tem a “responsabilidade de velar pela rápida implementação da solução”

25 mil euros é quanto garante, no máximo, o Sistema de Indemnização de Investidores, por cada titular de conta

anunciada, frisou o ministro, no final da reunião. Quem optar por ficar de fora do fundo poderá exigir o resgate dos fundos junto do BPP e, em caso de insuficiência, accionar o Sistema de Indemnização dos Investidores. O PÚBLICO sabe que o Governo está a criar mecanismos para que, através de empréstimos do Fundo de Garantia dos Depósitos, o Sistema de Indemnização tenha capacidade para atribuir um máximo de 25 mil euros por cada titular de conta de retorno absoluto.

## Perguntas & respostas

O que está em causa para os clientes do BPP

### O que são os produtos de retorno absoluto?

São produtos em que o Banco Privado Português (BPP, fundado e liderado por João Rendeiro - na foto - até à intervenção do Estado) dizia garantir pelo menos o reembolso total dos montantes investidos pelos clientes. Além disso, os titulares destes instrumentos financeiros semelhantes a obrigações tinham direito a uma quota-parte nos resultados de veículos criados pelo banco com base nos montantes angariados junto dos clientes. Esses instrumentos faziam investimentos, especialmente no mercado de acções, a partir de sociedades offshore.

### Quanto vale a carteira destes produtos do BPP?

Os títulos em causa representaram um investimento inicial de 1,2 mil milhões de euros por parte dos clientes, mas o seu valor de mercado actual deverá rondar apenas os 500 milhões de euros, uma vez que os mercados caíram, desvalorizando esses investimentos.

### Estes produtos podem ser considerados depósitos?

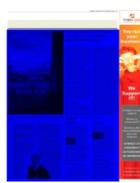
Essa classificação é determinante. Os clientes têm defendido essa visão, aliás secundada pela posição publicamente assumida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, que considera que há produtos que configuram o quadro de um depósito. Mas o Banco de Portugal considera que estes são produtos de investimento, com risco associado, e não podem por isso ser considerados como depósitos. O ministro das Finanças afirmou ontem que eles não podem ser considerados “tecnicamente” como depósitos. Assim, o risco da perda destes investimentos é dos próprios clientes.

### Se o banco for à falência, os clientes perdem tudo o que estava associado a estes produtos?

Não. Os activos integrados nas carteiras dos clientes pertencem a esses mesmos clientes. Se o banco for declarado falido, então esses activos serão restituídos aos clientes em causa ou, em alternativa, o valor que for obtido

## O plano do Governo

- O futuro do BPP depende dos accionistas. A eles caberá decidir se recapitalizam o banco (o plano de recuperação apresentado por Adão da Fonseca previa um aumento de capital entre 300 a 350 milhões de euros) ou avançam para um processo de falência.
- Os clientes dos produtos de retorno absoluto (cerca de 2.200 contas, algumas com mais que um titular, num total entre 2.700 e 2.800 clientes) não terão apoio do Estado. Podem transferir os seus investimentos para um fundo de investimento promovido pelo Governo (embora as perdas tenham que ser assumidas pelo BPP) ou accionam o Sistema de Indemnização dos Investidores e, em caso de falência do BPP, concorrem a eventuais indemnizações com outros credores da instituição.
- O novo fundo de investimento será detido por outros bancos, a quem competirá gerir os activos subjacentes às carteiras do retorno absoluto de maneira a que as aplicações recuperem o seu valor.



## Clientes na sede à espera de mais detalhes

# “Ser aforrador é muito diferente de ser rico”

● A sensação de controlo à porta da sede do Banco Privado Português, em Lisboa, é puro engano. Os seguranças, “com tanta gente a entrar e a sair”, incluindo o pequeno grupo de representantes dos clientes que já tinha partido para uma reunião com Teixeira dos Santos, não fazem a mínima ideia de quantas pessoas estão espalhadas pelas salas. Numa delas oito senhoras estão sentadas em círculo, ocupando quase todo o espaço disponível e quebrando o silêncio com pequenas frases.

É assim desde que o banco foi ocupado por clientes, que se instalaram na casa distinta e apalaçada na zona do Marquês de Pombal. E ontem, depois do anúncio do ministro das Finanças, não era muito diferente.

O ambiente escuro do interior era um rude contraste com a luz do dia que se fazia a meio da tarde. À porta do banco, por volta das quatro e meia, cerca de duas horas após o anúncio de Teixeira dos Santos, estava apenas um cliente, enquadrado por três polícias e meia dúzia de jornalistas. No topo da curta escadaria, vigiada por mais um polícia, dois seguranças parecem controlar as entradas e saídas dos clientes que escolheram a sede do BPP como local dos seus protestos.

### Do BPN ao BPP

G.R., de 49 anos, não é porta-voz de nenhum grupo, apenas do seu próprio caso, um dos vários ali presentes. Já tinha sido cliente do BPP, há cerca de três anos, e, garante, “correu tudo bem”, recebendo o retorno a que tinha direito. Depois, não sabe explicar

bem porque, ela e o marido, pais de três filhos, passaram as suas poupanças para o BPN e no início de 2008 regressaram ao BPP. Entretanto, tinha abandonado a aposta em obrigações e concentrado o seu aforro numa conta da instituição, em cujas instalações passou ontem a noite em claro. “Não queríamos correr riscos e apostámos no depósito a prazo”, recorda. As palavras “retorno garantido” surgem logo de seguida. Diz que, quando ouviu o ministro, se sentiu “injustificada”, que “as autoridades falharam a sua missão de supervisão”, e que não se pode dizer que “as pessoas sabiam”. Ela, pelo menos, garante não saber que os depósitos, como diz Teixeira dos Santos, “tecnicamente” não podem ser encerrados enquanto tal. Hesita em falar de valores aplicados, garantindo apenas que “ser aforrador é muito diferente de ser rico”. Ela e o marido aplicaram heranças recebidas e dinheiro poupado, esperando ter o conforto dos juros. Principalmente agora que, conforme relata, está desempregada, quase a perder o direito a receber subsídio, e o marido já se reformou.

Ontem, desconheciam-se ainda diversos pormenores da solução apontada pelo Governo, depois de o ministro ter afirmado que os clientes de retorno absoluto vão poder trocar os títulos actuais por outros, geridos por uma nova entidade. E G.R. concentra-se, com alguma angústia, numa dúvida que deve ser comum a muitos outros clientes, independentemente das necessidades e condições contratuais individuais: “... mas quando é que eu recebo o meu dinheiro”? L.V.

## Reacções

### Jaime Antunes

Associação Privado Clientes

“Os clientes do BPP têm razão para estar insatisfeitos. É lamentável que o Governo trate de forma diferente os clientes do BPP e os clientes do BPN, uma vez que as aplicações eram idênticas em tudo.



Não há nenhuma razão para que contribuintes, clientes em situações idênticas, que tinham garantia de capital por parte de uma instituição financeira acreditada no mercado, supervisionada e intervencionada pelo Estado desde o final de Novembro, oiçam agora que o Estado não quer saber disso para nada”. O que andou o Estado a fazer, através da intervenção do Banco de Portugal, durante sete meses?”

### Luís Miguel Henrique

Associação Clientes do BPP

“É uma ironia, um cinismo, neste momento, meio ano depois, estar a dizer aos clientes para accionarem uma garantia sobre uma determinada entidade, [quando] o seu património está esvaziado para beneficiar apenas alguns.”

### José Sócrates

Primeiro-ministro

José Sócrates defendeu ontem a solução apresentada para o BPP, dizendo que “é a que melhor serve



os interesses nacionais”, uma vez que “protege os interesses dos contribuintes”. E reafirmou que “não deve merecer o apoio, nem a assunção de responsabilidades” por parte do Estado. Disse ainda que o caso do BPP “é diferente do BPN”, porque este “tinha de facto um risco sistémico” que justificou a intervenção do Governo.

### Privado Holding

Accionista única do BPP

A dona do BPP avançou, em comunicado, que “não teve qualquer contacto ou informação oficial e completa” sobre a solução apresentada pelo Governo. Diz que “não teve qualquer intervenção directa ou indirecta na mesma” e que, por isso, “não fará quaisquer comentários”, pelo menos, não até ao momento em que “tiver acesso à informação oficial e completa”.

com a respectiva alienação. O que acontece, neste momento, é que esses investimentos valem hoje muito menos do que quando foram feitos.

### O investimento está protegido pelo sistema de indemnização aos investidores?

Sim, mas este sistema só é accionado em caso de falência da instituição financeira e na impossibilidade de devolução dos activos aos clientes. Para os investimentos, há o Sistema de Indemnização de Investidores (SII), que garante a cobertura, reembolso ou restituição aos investidores dos “fundos que lhes sejam devidos ou que lhes pertençam e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento, ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta no âmbito de operações de investimento”.

### Que protecção é

### garantida pelo SII?

O SII garante o reembolso até um máximo de 25 mil euros por cada titular de conta. Quem tiver feito investimentos superiores a 25 mil euros pode perder esse remanescente no todo ou em parte se a instituição não tiver meios financeiros.

### E os verdadeiros depósitos?

Os depósitos correntes, reconhecidos pelas autoridades como tal, estão garantidos até um máximo de 100 mil euros por cada titular de conta, através do Fundo de Garantia de Depósitos.

### Só os clientes é que irão ficar a perder com a derrocada do Banco Privado Português?

Não. O Estado, em Dezembro, concedeu um aval para que um conjunto de instituições financeiras nacionais emprestasse 450 milhões de euros ao banco criado por João Rendeiro.

Se o BPP não tiver condições para pagar esta verba, é o Estado que terá de a desembolsar.





# Governo recusa apoio e deixa cair o BPP

Sem dinheiro do Estado, o banco e os seus clientes estão entregues à vontade e capacidade financeira dos accionistas. A decisão chegou após sete meses de intervenção do Estado

● O Governo desfez ontem as dúvidas de quem ainda acreditava numa injeção de capitais públicos no Banco Privado Português (BPP). O

banco não apresenta risco sistémico, ao contrário do BPN, e, por isso, “não faz sentido” que o dinheiro dos contribuintes seja usado na sua capi-

talização, defendeu ontem o ministro Fernando Teixeira dos Santos, ao anunciar o chumbo ao plano de recuperação apresentado pela ges-

tão provisória de Adão da Fonseca. Aos clientes, resta reclamar junto do banco os fundos que ainda restam das suas poupanças e, em caso

de liquidação, ficar com o apoio do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização de Investidores. → Destaque, 2/3



**Qua 10 Jun** Edição Lisboa

Quarta-feira, 10 de Junho de 2009  
 Ano XX, n.º 7008  
 Portugal: 1,00€ (IVA incluído) Espanha: 2,00€ (IVA incluído)  
 Director: José Manuel Fernandes  
 Directores adjuntos: Nuno Pacheco,  
 Manuel Carvalho e Paulo Ferreira

**Clássicos da Revista Tintin**  
 4.º álbum **Michel Vaillant**, livro com 2 histórias  
**Hoje, por mais 6,90 euros**



**4ª**  
 É dia de desentorçar as artes e espectáculos.  
**Entrada Grátis Criança**  
**"VAMOS FAZER UMA ÓPERA"**  
 FUNDAÇÃO CAIXA DE CAUBERIAN  
 Venha conhecer



**PhotoEspania**  
**Uma Torre de Babel da imagem P2**

**10 de Junho**  
**Há um novo livro para ler Camões em inglês P2 e Pág. 8**



# Governo recusa apoio e deixa cair o BPP

Sem dinheiro do Estado, o banco e os seus clientes estão entregues à vontade e capacidade financeira dos accionistas. A decisão chegou após sete meses de intervenção do Estado

● O Governo desfez ontem as dúvidas de quem ainda acreditava numa injeção de capitais públicos no Banco Privado Português (BPP). O

banco não apresenta risco sistémico, ao contrário do BPN, e, por isso, "não faz sentido" que o dinheiro dos contribuintes seja usado na sua capi-

talização, defendeu ontem o ministro Fernando Teixeira dos Santos, ao anunciar o chumbo ao plano de recuperação apresentado pela ges-

tão provisória de Adão da Fonseca. Aos clientes, resta reclamar junto do banco os fundos que ainda restam das suas poupanças e, em caso

de liquidação, ficar com o apoio do Fundo de Garantia de Depósitos e do Sistema de Indemnização de Investidores. → Destaque, 2/3

## Acidente da Air France Cadáveres devem começar a ser identificados hoje Pág. 17



**Membros da Força Aérea brasileira a transportar alguns dos cadáveres já encontrados**

**Cavaco vetou diploma**  
**Lei para dar mais dinheiro aos partidos em risco**

● A lei que aumentava em mais de 60 vezes o limite de dinheiro vivo para financiar os partidos políticos está definitivamente em risco, depois do veto de Cavaco Silva. → Portugal, 4

**Durão Barroso**  
**UE dividida sobre timing da recandidatura**

● Durão Barroso recandidatou-se a presidente da Comissão Europeia. A Suécia, que assume a presidência em Julho da UE, quer uma decisão rápida, a França quer adiar. → Mundo, 12

**Recessão em Portugal**  
**Investimento e exportações agravam queda**

● As exportações caíram 28 por cento, o investimento observou um recuo de mais de 20 por cento no primeiro trimestre deste ano, de acordo com os dados do INE. → Economia, 18

**Os Lusíadas**  
**Episódios Fabulosos**  
 A obra de Luís de Camões adaptada para as crianças  
**Ainda em banca por mais €9,90**

**Contra o Governo**  
**PSD admite apoiar moção de censura do CDS**

● O PSD admitiu ontem votar a favor da moção de censura que o CDS vai apresentar no Parlamento no dia 17. "É muito difícil o PSD não votar a favor", disse Rui Rio. → Portugal, 6



## NOTÍCIAS DOS...

B  
L  
O  
G  
U  
E  
S**GABAR O PASSADO**

"O tempo de antena do Partido Socialista é uma espécie de *flashback* aos momentos de glória rosa na Europa. As presidências socialistas da União Europeia foram, de facto, únicas. Deixaram dois marcos para a História: a estratégia de Lisboa e o Tratado de Lisboa. Que é como quem diz: a estratégia que falhou e o tratado que não existe."

● <http://31daarmada.blogs.sapo.pt/>

**MAIS UM DIA CLASSIFICADOR**

"Vital Moreira concentrou os seus esforços na defesa do Governo e no ataque à oposição, apelidando o PSD de 'PCP da direita'. Rangel passou o dia a choramingar a ausência de Vital Moreira de um debate. O candidato do PP apresentou um relatório sobre o BPN. Dos cinco partidos com representação no Parlamento Europeu, apenas CDU e Bloco fazem campanha sobre a União Europeia."

● <http://5dias.net/>

**O REMEDIADO TEM MEDO DO POBRE**

"Ilda Figueiredo defende que o alargamento da União à Turquia e Islândia deve depender de referendo nos países europeus. É a posição de Sarkozy que, julgo, só era acompanhada em Portugal pela extrema-direita. Que esta exigência viesse de um país que entrou na CEE sem que os povos dos restantes países (e bem) o tenham referendado seria extraordinário."

● <http://arrastao.org/>



## BPN avança

**D**epois das mediáticas audições de Dias Loureiro e Oliveira e Costa na comissão de inquérito à supervisão bancária, chegou a vez de Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal. A presença do responsável, esta segunda-feira, dia 8, foi criticada por alguns membros da comissão. Nuno Melo, do CDS-PP, disse à Focus que o PS tinha "perdido a isenção" por agendar a audição para depois das eleições europeias. O relatório final deverá ser publicado até dia 16 de Junho.

**ACTUAL**

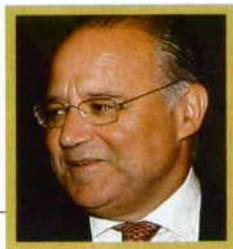
# O ESTADO DA JUS



**JOSÉ MIGUEL JÚDICE**  
Ex-bastónario critica o actual detentor do cargo e a revisão dos estatutos da organização profissional



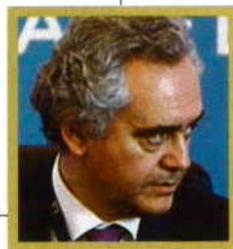
**MARINHO PINTO**  
Bastónario da Ordem dos Advogados critica tudo e todos: jornalistas, políticos, Governo e até os próprios colegas



**ALBERTO COSTA**  
Ministro negou pressões aos magistrados do Freeport e levou a cabo reforma do mapa judiciário



**PINTO MONTEIRO**  
Instaurou inquérito disciplinar a Lopes da Mota devido às pressões sobre os magistrados



**LOPES DA MOTA**  
Presidente do Eurojust, afastou-se do cargo até o processo disciplinar estar concluído



**FRANCISCO LOUÇÃ**  
O líder do Bloco de Esquerda foi o primeiro a falar do caso Freeport nos debates quinzenais



Quando o Presidente da República fez a tradicional comunicação de Ano Novo aos portugueses, no primeiro dia de 2007, exigiu "realizações concretas" em, pelo menos, três áreas. A saber: economia, educação e justiça. Neste último sector, passados dois anos e meio, poucos progressos se têm registado. Uma multiplicidade de intrincados processos judiciais, reformas governamentais criticadas, a actuação do bastónario da Ordem dos Advogados e até a eleição do provedor de Justiça fazem

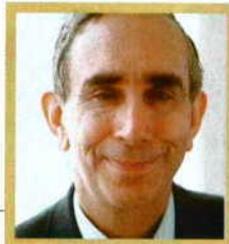
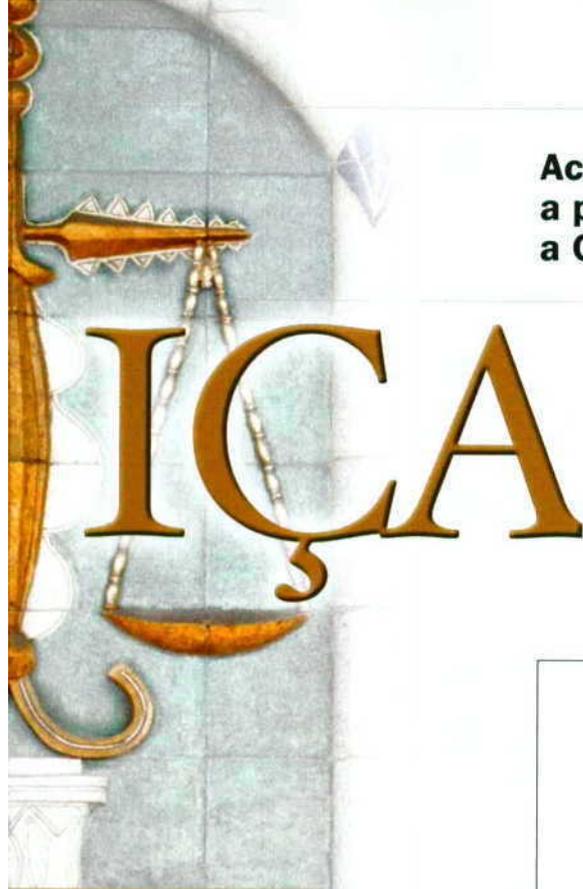
com que sejam poucos a encarar o Estado da Justiça com optimismo. Mais: estas situações tornaram a justiça num campo de batalha, onde diariamente se trocam acusações.

**Luís Filipe Carvalho**, advogado e comentador de assuntos de Justiça, pensa que todas as situações negativas que afectam o sector devem ser aproveitadas para memória futura: "É bom que as pessoas saibam que a reforma do sistema vai levar alguns anos e portanto o que se encontrar como negativo deve servir de exem-

plo para justificar o que deveria estar a ser feito e não para descredibilizar ainda mais o sistema de Justiça." Para o causídico, torna-se preocupante que surjam estudos que indicam que os portugueses perderam a confiança no sistema de Justiça. "Neste momento, confunde-se morosidade e alguns atropelos de direitos com suspeição grave sobre os intervenientes judiciais: magistrados, juizes e investigadores. Uma coisa é as pessoas não acreditarem por causa da demora da Justiça, outra é colocarem em



## Acusações e críticas sucedem-se no sector, a propósito de processos judiciais, reformas, a Ordem dos Advogados e a substituição do provedor



**JORGE MIRANDA**  
Nome proposto pelo PS, enfrentou uma votação na Assembleia da República. Não conseguiu os dois terços necessários



**NASCIMENTO RODRIGUES**  
Provedor de Justiça, bateu com a porta após quase um ano de desacordo dos partidos quanto à sua substituição



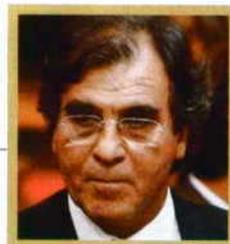
**FERREIRA LEITE**  
PSD recusa Jorge Miranda e propõe o nome da professora Maria da Glória Garcia para o cargo. Novas negociações nos próximos dias



**SÓCRATES**  
Caso Freeport arrasta-se há quatro anos e meio. Primeiro-ministro quer como provedor de Justiça Jorge Miranda



**OLIVEIRA E COSTA**  
Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais é o único detido no âmbito das alegadas irregularidades do BPN



**DIAS LOUREIRO**  
PS associou o escândalo do BPN a ex-dirigentes do PSD. O ex-ministro da Administração Interna de Cavaco é um deles

causa a confiança e a credibilidade sobre a substância das decisões", afirma à FOCUS.

O caso que mais polémica tem causado no sector é o Freeport. A questão que se coloca: como é possível que, passados quatro anos desde que uma denúncia anónima falava de irregularidades no processo de licenciamento ambiental do empreendimento, a questão judicial não esteja cabalmente esclarecida? Ainda a tramitar na Justiça, o caso ganhou contornos políticos: Lopes da Mota, ex-

-secretário de Estado da Justiça, foi acusado de pressões indevidas aos procuradores que investigam o caso Freeport. A averiguação inicial evoluiu para um processo disciplinar, instaurado por Pinto Monteiro, actual procurador-geral da República. Pelo seu próprio pé, Lopes da Mota abandonou a presidência do Eurojust – organização de cooperação judicial europeia, pela qual passaram alguns trâmites do caso Freeport. Isto, claro, depois de clamores da oposição, da direita à esquerda, para que se demi-

tisse. Francisco Louçã, líder do Bloco de Esquerda, foi dos primeiros a abordar o caso na Assembleia, ao questionar Sócrates sobre a "compatibilidade" entre presidir ao Eurojust e ter um processo disciplinar sobre um processo que por lá passou.

Um dos protagonistas do sector da Justiça que mais tem causado perturbações no sector é Marinho Pinto, o bastonário da Ordem dos Advogados. As declarações e posições polémicas do responsável, eleito por uma esmagadora maioria dos causídicos ▶



▶ portugueses, têm causado anticorpos no sector. A propósito do caso Freeport, Marinho Pinto utilizou a revista oficial da OA para publicar um artigo de opinião onde retomava o assunto de como a investigação foi aberta – uma carta anónima, sugerida por uma inspectora da PJ. A crítica foi entendida como uma defesa do primeiro-ministro José Sócrates.

O advogado, que em tempos foi jornalista, também disparou críticas noutras frentes. Verberou a jornalista Manuela Moura Guedes, no jornal de sexta, da TVI, por considerar “péssimo” o programa noticioso e condenar as “opiniões” que a pivô emite no final das peças. Atacou as “altas figuras do Estado que cometem crimes impunemente”, versando um dos seus temas preferidos: a corrupção. Criticou a acumulação de funções entre a Assembleia da República e os escritórios de advogados. Nem os colegas dirigentes da ordem escapam: pretende reforçar os próprios poderes através da revisão dos estatutos da OA, que conferem a possibilidade de ser o único a representar a ordem entre outras alterações, como o presidente do conselho superior deixar de poder convocar assembleias gerais extraordinárias. “Neste momento, em vez de se estar a trabalhar, há vozes que teimam em descredibilizar, ofender e maltratar o próprio sistema”, critica Filipe Carvalho.

Outro processo complexo que tem marcado o sector e, adivinha-se, igualmente moroso, é o das irregularidades financeiras no BPN. Oliveira e Costa, o ex-presidente do banco, acusou Dias Loureiro, ex-administrador da SLN, de estar a par de negócios ruinosos como a aquisição de empresas de novas tecnologias em Porto Rico. Após dezenas de sessões da instaurada comissão de inquérito



Justiça atravessa  
um dos momentos  
mais conturbados  
de sempre  
em Portugal

à supervisão bancária, parece que, finalmente, Dias Loureiro será ouvido pela Justiça – isto após ter pedido a exoneração do Conselho de Estado, também em sequência de um coro de críticas, até do próprio partido.

**Nascimento Rodrigues**, até à semana passada o provedor de Justiça, demitiu-se do cargo. Apesar de a lei estipular que o cargo deve ser ocupado pelo anterior titular até que haja um nome para a substituição, Rodrigues bateu com a porta, saturado pela demora do processo – mais de

seis meses. Quarta-feira, dia 3, lançou um rol de acusações aos partidos, incapazes de chegar a um consenso para a eleição por dois terços na Assembleia da República. Cada partido, falhadas as negociações, resolveu apresentar um candidato próprio. Votados os nomes, passaram dois juristas a uma espécie de segunda volta: Jorge Miranda, reputado constitucionalista, e Maria da Glória Garcia, professora de Direito. Nenhum dos nomes colheu os votos necessários e o PS acusa o PSD de intransigência e birra partidária o facto de recusar o nome de Miranda – um ex-deputado “laranja”, curiosamente. O PSD, por seu turno, fez saber que só voltará à mesa das negociações com outras propostas dos socialistas. “Temos um problema de qualidade de democracia, que se reflecte em más leis, decisões populistas com objectivos eleitoralistas de curto prazo e na incapacidade de praticar actos tão simples como nomear um provedor de Justiça”, analisa Luís Filipe Carvalho.

**Nas reformas** governamentais do sector, cuja morosidade continua um dos males nacionais, foi implementada uma vasta reorganização do método de funcionamento dos tribunais. A reforma estava prevista no famoso pacto para a Justiça, rubricado entre PS e PSD e foi negociada com

advogados, magistrados e juizes. O sindicato dos magistrados do Ministério Público contestou algumas matérias paralelas, como a revisão do estatuto dos magistrados. “Em traços gerais concordamos com a reorganização, mas existem aspectos que poderão impedir a sua concretização. A prática o dirá”, referiu António Cluny, então presidente do sindicato, à FOCUS, antes de arrançar a reforma, em Abril. ■

PEDRO BARROS COSTA



“Temos um problema de **má**  
**qualidade** da democracia”

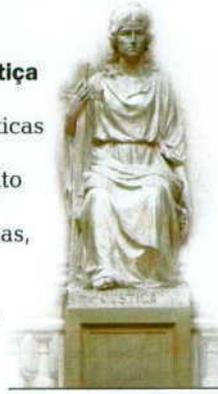
LUÍS FILIPE CARVALHO



## 22 ACTUAL

### O estado da Justiça em Portugal:

Acusações e críticas sucedem-se no sector, a propósito de processos judiciais, reformas, a Ordem dos Advogados e a substituição do provedor





## BILHETE POSTAL

## Ilusão e queda

■ Por João Teixeira Lopes dirigente do Bloco de Esquerda

Vital Moreira, para além de um provocador experimentado, vive sob um manto de conspirações que a sua própria mente congemina, no afã de discutir o menos possível o "osso" destas eleições. Para além da "tirada do dia", desastrosa q.b. para desencadear uma onda de pânico no PS, desmentidos e desvarios, descobriu agora a grande cabala: forças ocultas usam os média para esconder o "País positivo". Na verdade, Vital transforma a exceção na regra; o extraordinário em algo supostamente corriqueiro. Mas podemos sempre dar-lhe algumas rotas do País positivo: os empreendimentos turísticos e comerciais cujo licenciamento soa a fraude e a corrupção; o "direito ao TGV", como se fosse um direito ou sonho geracional, obliterando por puro conformismo e obediência partidária a grande reivindicação do fim dos falsos recibos verdes, dos empregos precários a 500 euros e da intermitência; os *offshores* do BPN; os dividendos milionários dos gestores e, é claro, esse cenário idílico onde nada se passa e se ganha

**"Vital Moreira descobriu uma grande cabala: forças ocultas usam os média para esconder o País positivo"**

bem que dá pelo nome de Banco de Portugal. O País positivo de Vital Moreira é o oásis dos que fingem desconhecer o deserto que grassa à sua volta. Tal fingimento, por impostura, revela até onde vai a insensibilidade, o medo de discutir o País real, a ilusão auto-imposta, quase como se ele acreditasse na mentira que nos quer vender. Querem dar ópio ao povo, anestesiá-lo até à abstenção.

## SUPREMO

# O imposto europeu é o novo desígnio nacional

*Caso: As eleições europeias realizaram-se finalmente no último domingo.*

*Nem todos os portugueses deram por isso.*

*Sentença: Vital Moreira, cabeça-de-lista do PS decidiu propor a criação de um imposto europeu.*

*Acórdão: Sentença confirmada. Se a Europa nos quer, tem de pagar.*



Manuel Serrão

Os portugueses já foram às urnas no passado domingo. É por não termos querido influenciar o voto dos que votaram, que só esta semana nos sentimos à vontade para pegar neste caso. Mas já que é tarde, vamos pegá-lo de caras.

Não nos esqueçamos de que estas eleições são as primeiras do "tri" previsto para este ano, mas como são tão diferentes, que até o senhor Presidente da República entendeu que não devia haver lugar a poupanças, marcando-as todas para datas diferentes, pensamos que não tem mal falar de Vital antes das legislativas e das autárquicas.

Diga-se em abono da verdade que apesar daquele pequeno contratempo por causa do BPN, de poupanças percebe o nosso Prof. Cavaco Silva, que toda a vida andou a estudar Finanças e até a ensiná-las. É também por isso que no Supremo não nos repugna acreditar que, se é verdade que o senhor Presidente perdeu dinheiro com uns investimentos manhosos, é de certeza porque não foi ele que os fez, nem mesmo terá sido ouvido ou achado.

Na verdade também não será caso virgem (ainda que mais notado) porque nos últimos meses ficámos todos a saber que uma coisa era aquilo que os bancos diziam que faziam ao nosso dinheiro, outra coisa, bem diferente, era o que os bancos faziam na verdade. Como dizia o outro, não há nada que dê mais gosto ao inteligente do que "bançar" o idiota, diante do idiota que "banca" o inteligente.

Depois deste intróito que já é quase meio acórdão, o melhor é saltarmos já para a conclusão do processo, que foi obtido por maioria absoluta. No nosso caso, como não pode haver abstenções e não marcamos as reuniões para domingos de semanas com dois feriados, a maioria é uma maioria séria.

O testamento Vital que o cabeça-de-lista do PS nos legou nesta campanha é de uma subtilidade tal, que até políticos experimentados como Miguel Portas, não se aperceberam do alcance da medida. E foi pena!

Quando Vital Moreira propôs a criação de um imposto europeu, o de ele estava a querer dizer é que os contribuintes europeus devem colaborar no pagamento dos défices dos países como o nosso.

Se a ideia de Vital já estivesse em uso, os clientes do BPP não tinham que se afadigar a fazer greves de fome na sala do Conselho de Administração do banco, porque há muito que já teriam o problema resolvido. O buraco do banco causado por aqueles investimentos que foram ao mar... mas não voltaram, (originando este movimento que é uma espécie de novos "retornados"...), a dividir pelos contribuintes nacionais ainda dá uns euros a cada um, mas se fosse a dividir pelas centenas de milhares de europeus, já ninguém perdia tempo com isso.

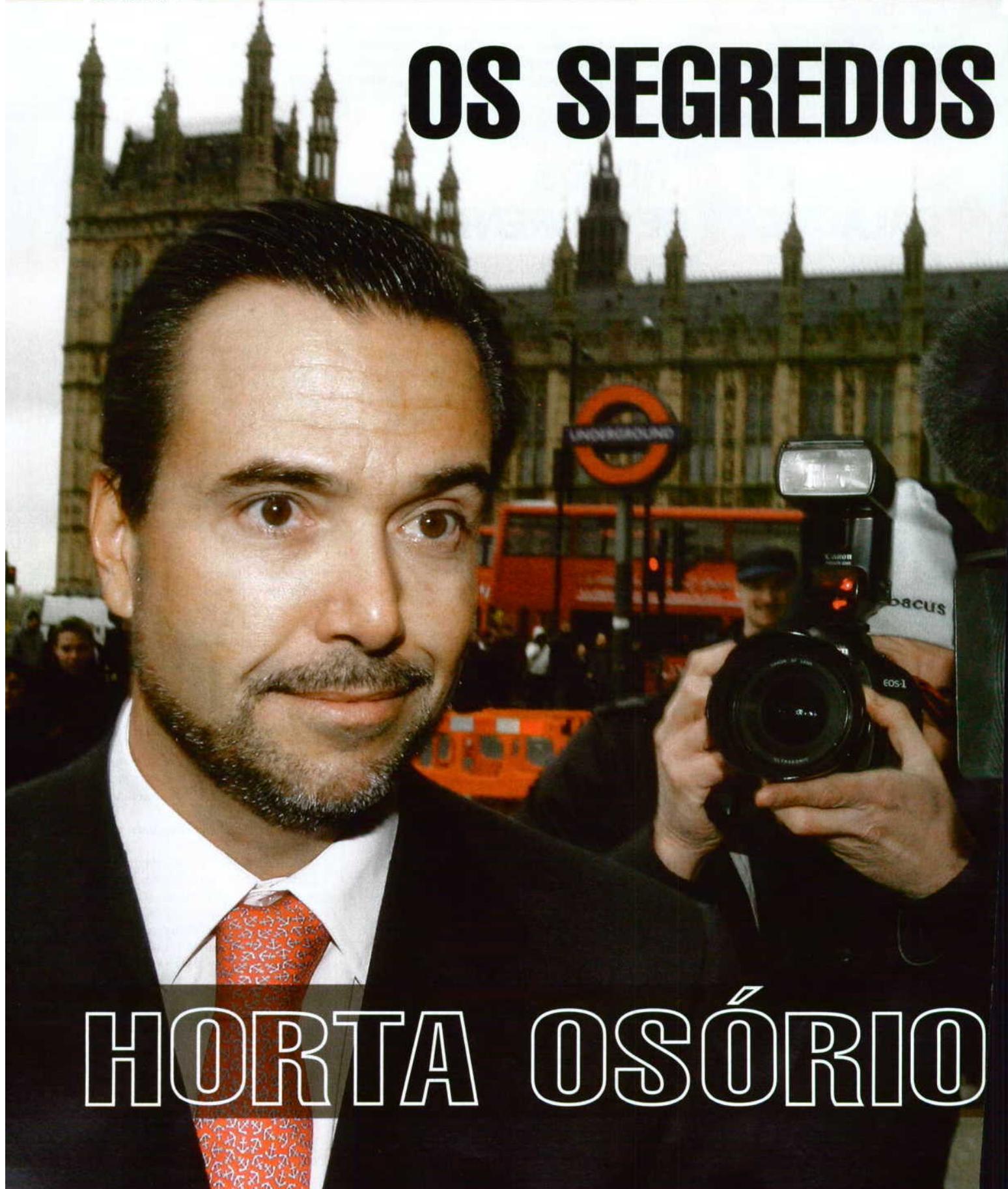
No Supremo estamos de acordo com Vital e por isso esperamos que ele tenha ganho. O imposto europeu deve ser uma conquista de Junho (como aquelas conquistas de Abril que tanto o excitavam no PCP) e contamos todos com os seus conhecimentos catedráticos para explicar a Bruxelas, que enquanto não for criado o novo imposto europeu, não contem connosco para pagar essa miséria dos impostos nacionais.

Se tiver de ser Portugal a dar o exemplo, que seja, que também já no tempo dos Descobrimientos, das Cruzadas e das Colónias fomos nós a dar o pontapé de saída. Com os resultados que estão à vista! ■



**CAPA**

# OS SEGREDOS



# HORTA OSÓRIO

*António Horta Osório*

# DO BANQUEIRO

**Não joga a feijões. Até a falar é discreto. Quando partiu o pulso direito, a paixão fê-lo aprender a jogar ténis com a mão esquerda. Qual é a receita do sucesso?**

**P**oderia tratar-se de uma cena do filme *Match Point*, de Woody Allen, onde tudo se joga no plano da sorte. E a verdade é que António Horta Osório é um aficionado por ténis. Mas não se trata de uma questão de sorte. A determinação e a capacidade de ir à luta, visíveis na forma como movimentava a raquete, definem a sua postura na vida profissional. Mira Amaral, presidente do Banco BIC Portugal, conhece Osório há 20 anos e confirma a tese: "As capacidades técnica e intelectual, transpostas para os negócios, reflectem as características de um vencedor."

António Mota de Sousa Horta Osório, 45 anos, é casado e pai de três filhos. Recém-nomeado administrador não executivo do Banco de Inglaterra – o banco central britânico –, este português chegou mesmo a ser o mais novo presidente de uma instituição bancária lusa aos 29 anos, quando convidado, por Emilio Botín, a assumir a gestão do Banco Santander de Negócios Portugal. Em Maio do ano passado recebeu o Prémio Carreira, da Universidade Católica, uma espécie de Oscar de carreira aplicado ao mundo empresarial. Atingir elevada fasquia aos 44 anos

não é para todos. O percurso de vida de António Horta Osório e a determinação que o define explicam a fórmula do sucesso.

## NASCIDO PARA OS NEGÓCIOS

Os primeiros sinais do dom para os negócios surgem enquanto criança. As férias do jovem António são passadas em Armação de Pêra, no Algarve, onde ocupa os tempos livres no barco de borracha que o pai lhe oferece. O nome escolhido, Intrépido, vulgo audaz, define o jovem que começa a mergulhar atrás de peixe e de marisco – paixão que ganhou com o irmão. Mas não se trata apenas de divertimento. A pescaria é vendida na praia aos veraneantes ou a restaurantes e cobre os custos da gasolina e manutenção do barco. Os lucros são destinados às noites algarvias de diversão. Em Lisboa, onde nasce, frequenta o Colégio São João de Brito, onde os resultados escolares e o gosto pelos negócios o fazem quebrar a tradição familiar ligada à advocacia e optar pela área de Economia. O comentador político, Marcelo Rebelo de Sousa, é amigo do banqueiro e salienta uma particularidade: "Apesar de ter enveredado pela área econó-

mica, percebe-se que tem uma formação jurídica. Ao contrário do que se pensa, os economistas normalmente não são muito rigorosos. Ele contraria essa característica."

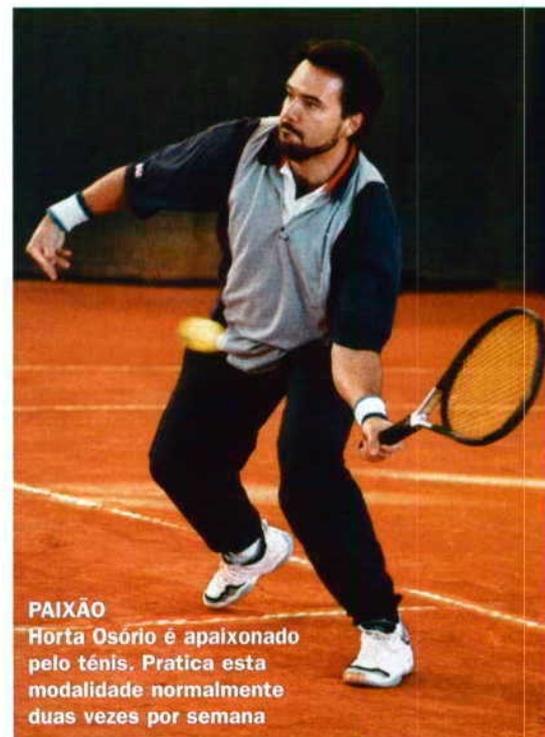
O caminho de sucesso começa a ganhar formas mais definidas e o passo decisivo surge quando ingressa na Universidade Católica Portuguesa para se licenciar em Gestão e Administração de Empresas. Os professores reconhecem-lhe o mérito e competência. O mundo universitário abre-lhe novas portas. É convidado pelo actual presidente do Banco Privado Português, Fernando Adão da Fonseca, para ser monitor da cadeira de Modelos Económicos. Numa entrevista à ►

## FUNÇÕES QUE EXERCE ACTUALMENTE

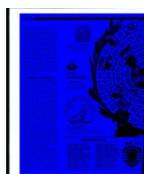
O banqueiro português acumula vários cargos em instituições bancárias

- **Presidente da Comissão Executiva** do Banco Abbey National (filial do Santander em Inglaterra)
- **Administrador não-executivo** do Banco de Inglaterra – o banco central britânico
- **Director-geral e membro do Comité** da Direcção do Banco Santander (Espanha), S.A.

- **Presidente do Conselho** de Administração do Banco Santander Totta, S.A. e do Banco Santander de Negócios Portugal
- **Membro do Conselho Leonino**
- **Preside ao Conselho fiscal** da Alumni Católica – Associação de Antigos Alunos da Universidade Católica Portuguesa



**PAIXÃO**  
Horta Osório é apaixonado pelo ténis. Pratica esta modalidade normalmente duas vezes por semana



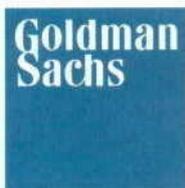
**CAPA**

► revista *Exame*, Osório confessa: "Apesar de ser complicada, gostava bastante da matéria. Apreciei imenso a experiência, afinal foi o meu primeiro trabalho! Pela dificuldade da cadeira, tinha alunos que chegavam a ser mais velhos do que eu, o que me proporcionou a possibilidade de aprender a lidar com diferentes pessoas. E tinha um interesse especial em ser professor, porque me permitia reconhecer os melhores talentos e recrutá-los para trabalharem comigo." A experiência enriquece-lhe o currículo e acaba por ser também docente das disciplinas de Estudos de Mercado, Investimentos Financeiros, Gestão Comercial e Instrumentos Básicos de Gestão. Pelos alunos era conhecido como sendo um monitor acessível, justo e metódico.

**A CARREIRA INTERNACIONAL**

Quando Cavaco Silva conquista a primeira maioria absoluta, em 1987, Osório frequenta o quinto e último ano do curso e é recrutado para o Citibank. Na altura, enviou currículos para todas as instituições bancárias em Portugal. Apenas três lhe responderam. "Sempre tive a consciência clara de que acabaria o curso a saber muito pouca coisa. Na universidade aprendemos a aceder ao conhecimento e a construir um processo sistematizado de tomada de decisão, mas é no terreno empresarial, perante problemas concretos, que ganhamos experiência", explica à *Exame*. E Marcelo Rebelo de Sousa fala de uma peculiaridade de Osório: "Tem inteligência no concreto, nunca joga a feijões. É sempre a sério." Com 23 anos, o jovem António completa o curso com média final de 18 valores, destacando-se como o melhor aluno. Casa-se com a empresária Ana Horta Osório. O ex-líder do PSD deixa escapar que, às vezes, o banqueiro fica demasiado absorvido pelo trabalho. "Leva a vida sério demais, talvez lhe falte, de vez em quando, algum tempo de lazer", explica o social-democrata.

É no Citibank que conhece António Borges, agora vice-presidente da Comissão Política do PSD. O social-democrata exercia funções de administrador não executivo e incentiva Horta Osório a frequentar o MBA no INSEAD – a melhor escola europeia de Gestão – em 1991. António Borges define o amigo: "É um homem de grande rigor e exigência, muito em-



**PRESTÍGIO**

Nesta instituição alcançou o mérito e a partir daqui foi sempre a subir



**Grupo Santander**

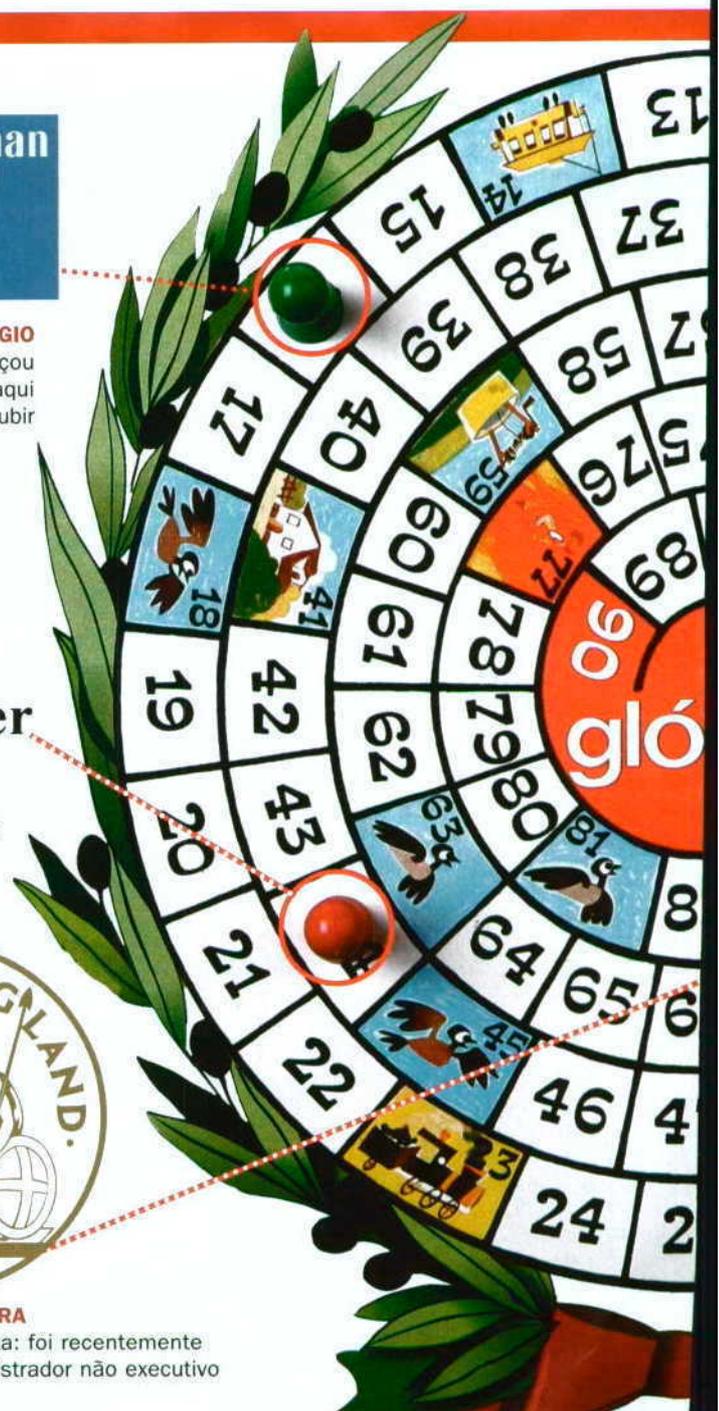
**EMILIO BOTÍN**

Homem de confiança do presidente, foi aqui que mais "cresceu"



**BANCO DE INGLATERRA**

A sua última conquista: foi recentemente nomeado para administrador não executivo

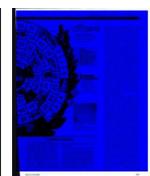


**SPORTINGUISTA**

O avô materno de Horta Osório, Carlos Góis Mota, foi presidente do clube de Alvalade e o pai do banqueiro alcançou o título campeão de ténis de mesa pelo Sporting durante 25 anos. O presidente do Abbey Bank é o sócio número 9227 do clube da Segunda Circular e vai ao

estádio sempre que pode. Faz parte do Conselho Leonino, órgão consultivo do clube, criado em 1968. Apoiou Filipe Soares Franco na corrida à presidência do Sporting e voltou a estar ao lado de um candidato, desta vez José Eduardo Bettencourt, com quem trabalha no Santander.



*António Horta Osório***citibank****PRIMEIRO EMPREGO**

Enviou currículos a todos os bancos portugueses e foi para o Citibank

**JOGO DA GLÓRIA**

Horta Osório tem subido várias casas, mas a vitória final pode ainda estar por alcançar

**ABBAY NATIONAL****PRESIDENTE**

Mudou-se para Londres em 2006 onde assumiu a liderança do Abbey

**UNIVERSIDADE CATÓLICA**

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas com 18 valores

**OUTRAS PAIXÕES**

Horta Osório é um apaixonado por ténis. Vibra com os jogos do espanhol Rafael Nadal e pratica a modalidade, normalmente duas vezes por semana. Em campo, dizem que o banqueiro é competitivo, agressivo e que joga sempre para ganhar. Chegou a partir o pulso direito, mas a paixão levou-o a aprender a jogar com a mão esquerda. O mergulho é outro *hobbie*

do banqueiro, que se estende a toda a família.

Aprecia o desafio intelectual do xadrez e já incutiu no filho mais novo a mesma paixão pelo jogo de estratégia. Horta Osório tem por hábito ler revistas técnicas e livros de especialidade e é apaixonado por antiguidades e História de Portugal dos séculos XV e XVI – é especialmente fã de relíquias da expansão portuguesa na Ásia.

penhado no espírito de equipa e que dedica muita atenção à qualidade e à motivação. Tem uma forte visão estratégica a longo prazo." Em Fontainebleau, território francês, o actual presidente do Banco Abbey National conquista o prémio Henry Ford II para o melhor aluno no INSEAD, enquanto ingressa na Goldmansachs. Nasce a primeira filha, Maria, em Nova Iorque, enquanto o pai divide o seu tempo entre a Grande Maça e a capital londrina. Para António Borges, a prova da ambição de Horta Osório é fácil de explicar: "Ter deixado uma carreira fulgurante na Goldmansachs (em 1993) para ir tomar conta de um pequeno banco em Portugal com grandes dificuldades (Santander) demonstra o espírito de iniciativa e de empreendedorismo. Nem toda a gente seria capaz de deixar assim uma extraordinária carreira para assumir tão grande desafio." Mas Osório acabou por levar o Santander a bom porto e começa a leccionar a disciplina de Corporate Finance no MBA da Universidade Católica. Torna-se no mais jovem banqueiro de uma instituição bancária portuguesa.

Em 1996 segue-se novo desafio. Emilio Botin convida-o a liderar a expansão do grupo Santander para o Brasil. Muda-se com a família para São Paulo, onde nasce o filho mais novo, Pedro, que vem fazer companhia às irmãs Maria e Margarida. Durante três anos acumula a presidência do Santander Brasil com a gestão do Santander Negócios de Portugal e, posteriormente, do Santander Portugal (com a integração da BIC). É nesta época que Mira Amaral, então com funções no BPI, se desloca ao Brasil para novas perspectivas de negócio. O ex-ministro da Indústria e Energia esteve em território brasileiro durante um mês e recorda-se de ter estado muitas vezes em casa de Horta Osório. "É amigo do seu amigo, mas uma pessoa muito discreta", salienta o social-democrata. Em 1999, depois do Santander adquirir o Totta e o Crédito Predial Português, regressa a solo lusitano para assumir a gesto das várias instituições. Decide ingressar no Advanced Management Program, em Harvard, um MBA para empresários de topo. Mais um marco de sucesso. Em 2004, a reestruturação dos três bancos fica finalmente concluída e são unificados no Banco Santander&Totta. Mas o melhor estava ►



## CAPA

► para chegar. É nomeado administrador não executivo do Abbey National, filial do Santander em Londres.

O homem de confiança de Emilio Botín, o líder do Grupo Santander, acaba por assumir a presidência do Abbey National. 2006 é um ano de grandes mudanças. Aliás, mudanças foram uma constante no percurso profissional e pessoal de António Horta Osório, que confessa ter tido sempre um apoio incondicional por parte da mulher e da família: "É importantíssimo manter um bom equilíbrio entre a vida profissional e o foro pessoal e, para isso, tem de existir um núcleo familiar estável, é necessário que as pessoas estejam juntas e partilhem os problemas, as angústias e as dificuldades. Este caminho nunca teria sido realidade sem o total apoio e compreensão da minha mulher", confessou à *Exame* em Abril. No ano em que a selecção de futebol inglesa não se qualificou para o Mundial, o português começa a dar o ar da sua graça por terras de Sua Majestade. Muda-se para o bairro de Chelsea. Ainda neste ano, o Santander é intermediário da operação de financiamento da OPA da SONAE sobre a Portugal Telecom, que veio a tornar-se num fracasso.

Bernardo Reino, o anfitrião do famoso restaurante Gigi, na praia da Quinta do Lago, é "amigo de casa" de Osório há mais de 20 anos. Deve-lhe, inclusive, conselhos económicos. "Se a ambição e a tenacidade fossem defeitos seriam os únicos que lhe apontaria", explica. O banqueiro é definido como uma pessoa simples, de confiança, séria e de grande simpatia. "É um antivedeta", remata Reino. Mira Amaral, ex-ministro da Indústria e Energia, destaca a agressividade e a capacidade de liderança do actual presidente do Abbey Bank e recorda-se da mudança imposta pelo banqueiro quando chegou ao Santander, em 1993. Acima de tudo é um homem recatado. "Até a falar é discreto. Fala muito baixo", atira Isabel Palmela, amiga do casal Horta Osório, para quem o responsável do Santander é o oposto da vaidade. Prefere a vida pacata. Marcelo Rebelo de Sousa remata: "Sempre achou que a gestão da banca deveria ser discreta e criticava, em privado, as situações que caracteriza como sendo exibicionismo de alguns colegas da banca. Há cerca de 10 anos, chegou mesmo a mostrar preocupação relativamente a situações que se passavam no BPN e à não



**DISCRICÃO** – Horta Osório tem uma vida pacata e não gosta de dar nas vistas.

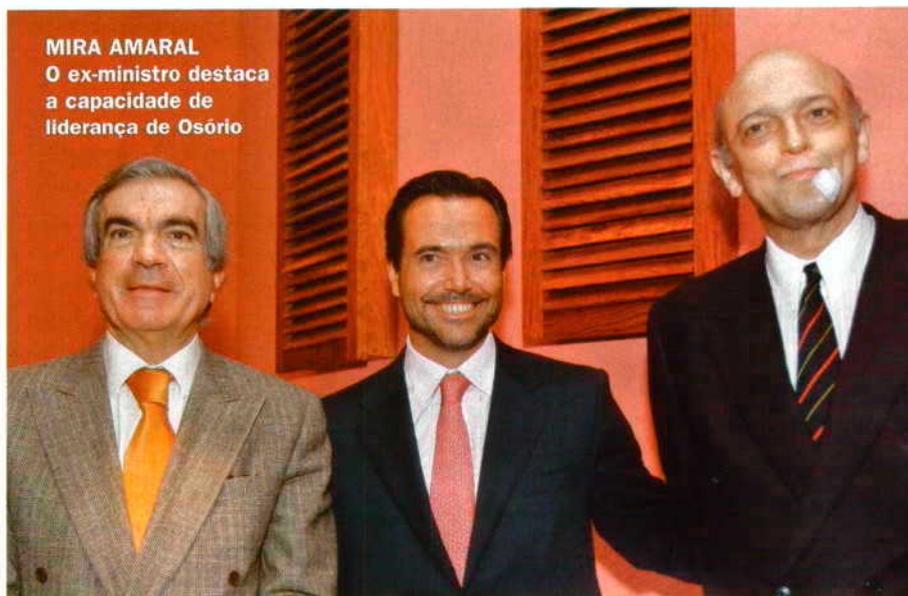
### CURIOSIDADES POLÍTICAS

- O banqueiro fez parte da comissão de honra da candidatura de Cavaco Silva às presidenciais em 2006 e contribuiu pessoalmente com 20 mil euros para a campanha

- Foi um entusiasta da Aliança Democrática (AD) de Sá Carneiro



**MIRA AMARAL**  
O ex-ministro destaca a capacidade de liderança de Osório





## António Horta Osório

supervisão das mesmas." Para os amigos, António Horta Osório é uma pessoa de confiança, um trabalhador e um profissional combativo. Um homem com metas: determina-as e segue-as.

### CHEGADA AO TOPO

E o sucesso não deixou de o acompanhar. O jornal *City City AM and CMC Markets* considerou-o o terceiro homem mais influente da City – o centro financeiro de Londres – numa lista de 100 personalidades (*The Power Hundred 2009*), à frente do governador do Banco de Inglaterra. Em Outubro de 2008, Horta Osório deu a cara pela salvação das poupanças de milhões de ingleses, quando o Banco Abbey National adquiriu o Bradford & Bingley, depois de este ter sido nacionalizado. Em causa estavam mais de 25 mil milhões de euros. Agora seguiu-se a nomeação para o Banco de Inglaterra. A FOCUS tentou contactar o banqueiro, mas o departamento de comunicação do Santander referiu que Osório só tem por hábito falar na apresentação dos resultados do banco.

A nomeação no passado dia 29 de Maio para administrador não executivo do banco central britânico é mais um reconhecimento das competências do banqueiro. É o primeiro português a chegar ao *board* do Bank of England (BoE) e vai exercer o cargo durante os próximos três anos. Numa altura em que o BoE tem em curso uma profunda reforma do sistema bancário, Horta Osório é um dos escolhidos para a administração. Segundo o banqueiro, em entrevista ao *Diário Económico*, "é um convite a título pessoal, por parte do ministro das Finanças inglês, com acordo do governador do BoE e, depois, proposto pelo primeiro-ministro à rainha". O português terá de dedicar cerca de dois ou três dias às suas funções no BoE, tempo médio exigido aos directores não executivos.

Não foi a sorte que fez cair a bola para o seu lado do campo. Como dizem os amigos, a jogar ténis Horta Osório reflecte o espírito de determinação que o caracteriza na vida profissional. Quando partiu o pulso direito, aprendeu a jogar com o esquerdo. Não queria parar. E as terras de Sua Majestade não serão, seguramente, a sua última paragem. Ainda restam alguns *sets* para vencer. ■ ▷

CATARINA SOUSA



**ATITUDE** – Marcelo Rebelo de Sousa diz que Osório nunca "joga a feijões"

### NEGÓCIOS

Com a mulher, Ana, e José Luis Arnaut na inauguração do Spatitude, em Lisboa





*António Horta Osório*

**CAPA**

**O BANQUEIRO NA INTIMIDADE**

**Em Londres, habita no bairro de Chelsea e gosta de fazer corridas matinais pelos parques londrinos com a mulher**

O presidente executivo do Banco Abbey International é conhecido por ser um homem discreto. É casado com a empresária Ana Horta Osório desde os 23 anos, de quem tem três filhos, todos "marcados" pelo percurso internacional do banqueiro. Maria, a filha, mais velha tem 17 anos e nasceu em Nova Iorque, pelo que tem dupla nacionalidade. Margarida, com 13, nasceu em Portugal, enquanto o pai lidava com o mundo do Santander Negócios de Portugal; Pedro, o mais novo, de 10 anos, nasceu em São Paulo e tem passaporte brasileiro e português. Apaixonado por ténis, Horta Osório é presença assídua em todas as edições do Estoril Open.

Ana Horta Osório, a sua mulher, é proprietária do Spatitude na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. A decoração do SPA ficou a cargo de Graça Viterbo e da sua filha Gracinha. Na inauguração do espaço estiveram presentes vários nomes de peso da política, da economia e da sociedade civil. Ana costuma correr a maratona de Nova Iorque, cujo objectivo é a recolha de fundos a favor de crianças com leucemia. Nos tempos livres, o casal tem por hábito praticar *jogging* nos parques da cidade londrina. Em Londres, Osório vive no bairro de Chelsea e confessa que apoia o clube, talvez por influência de José Mourinho. Frequenta habitualmente os salões célebres dos leiloeiros Sotheby e Christie. Antes de se mudar para Londres, habitava na zona de Santa Catarina, em



**FAMÍLIA**

Horta Osório cultiva o espaço familiar e preza os programas em conjunto com a mulher e os três filhos



Lisboa, numa propriedade avaliada em 3,75 milhões de euros.

Sobre o casamento pouco se sabe, mas Isabel Palmela, amiga do casal, garante "são muito unidos, assim como acontece com todos os membros da família". Horta Osório não se cansa de afirmar que o seu percurso profissional só foi possível devido à compreensão da mulher. As férias em Portugal são normalmente passadas na Quinta do Lago, no Algarve, onde a família costuma frequentar o famoso restaurante Gigi. O banqueiro é um apaixonado por peixe e desloca-se a este local na praia desde os finais dos anos 80. "Ainda há 15 dias esteve aqui com amigos do Mundo inteiro. Come sempre peixe e não é fã da nova cozinha, dita de autor, prefere a tradicional", conta Bernardo Reino, dono do restaurante.

Fora de Portugal, e devido à paixão que tem por mergulho, António Horta Osório elege as Maldivas como o local preferido para uns bons dias de descanso. Para o comentador político, Marcelo Rebelo de Sousa, de quem Osório é amigo, o banqueiro "é um bom pai, que cultiva muito a família". "Faz questão de fazer muitos programas familiares, principalmente no que diz respeito à prática do mergulho, uma das suas outras paixões, incentivando os filhos. Funcionam muito em clã, as férias são muito pouco sociais", explica o ex-líder do PSD. No campo familiar, Marcelo enaltece ainda o carinho de Horta Osório em relação aos pais. ■

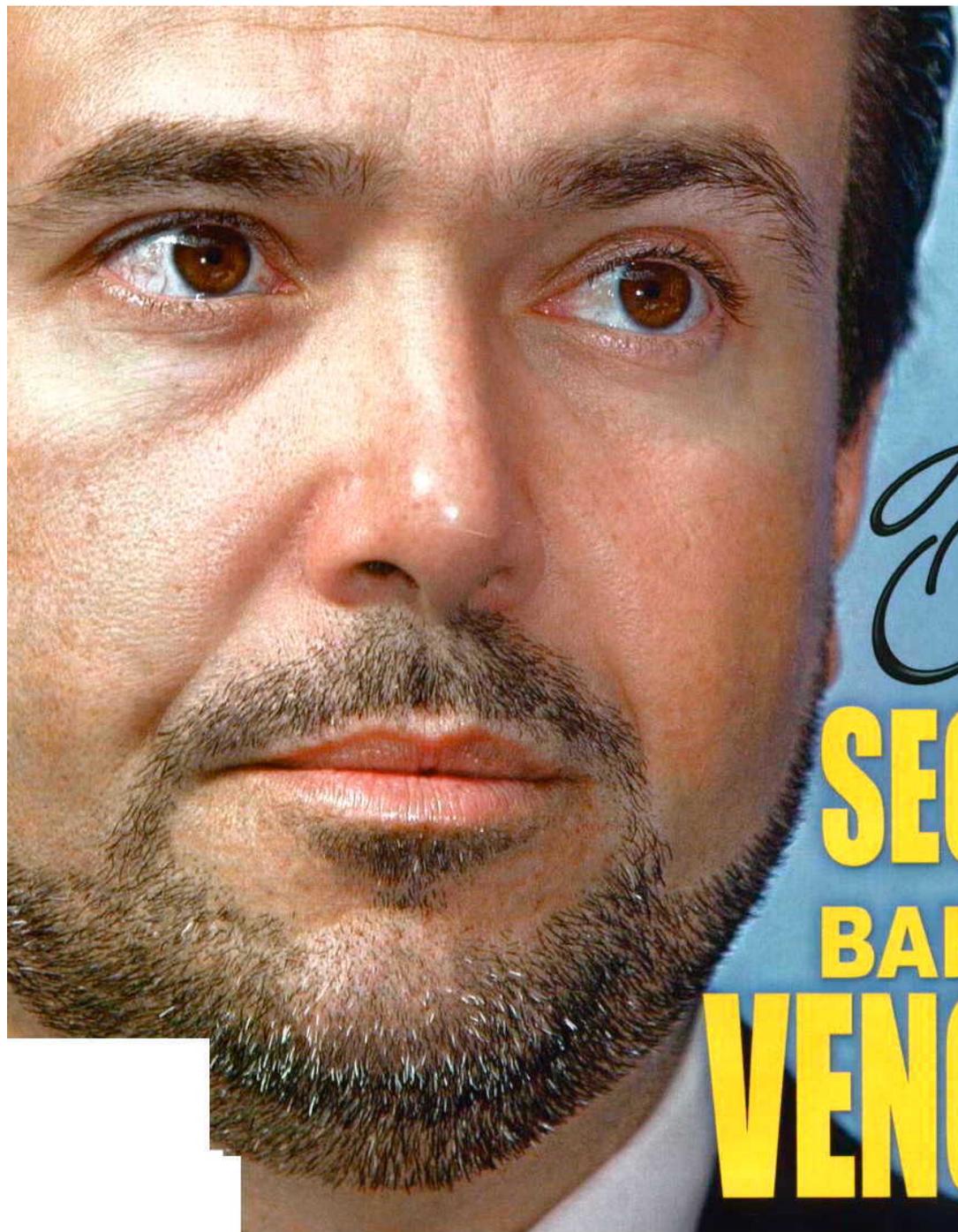
CATARINA SOUSA



**APOIO FAMILIAR** – O banqueiro reconhece a importância do apoio da mulher durante o seu percurso profissional



**NEGÓCIOS** – Em 2006, quando a SONAE accionou a OPA sobre a PT, o Santander foi intermediário da acção de oferta pública



**DISCRETO**  
e influente

*Horta  
Osório*

**SEGREDOS**  
de um  
**BANQUEIRO**  
**VENCEDOR**